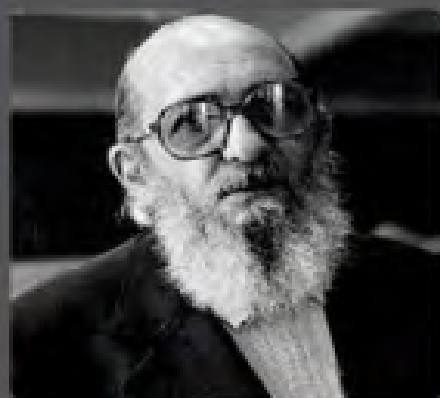
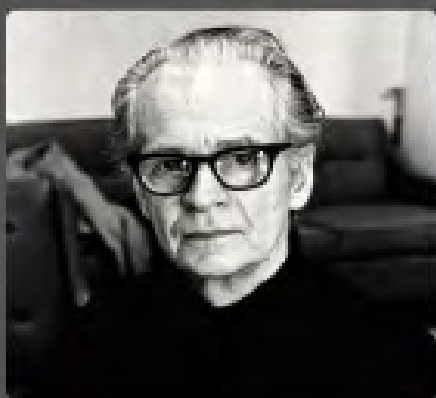


PENSADORES DA EDUCAÇÃO:

LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO

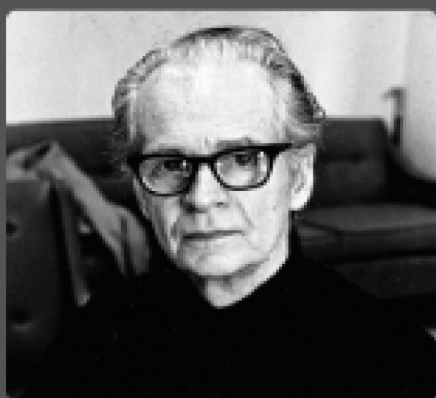
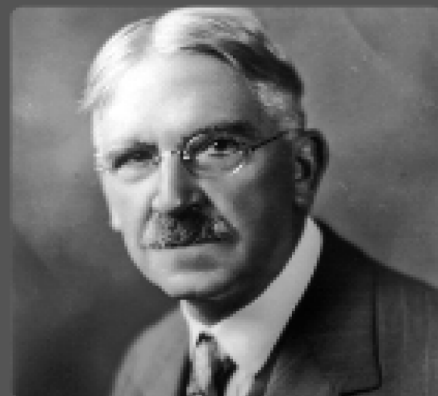
Marcelino Gomes de Araújo
Graziela Silva Ferreira
Luiz Felipe Araújo Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Ainat Magalhães Militão
Tamires Almeida Bezerra
Ana Julia Torres de Lacerda Fraz
Adenir dos Santos Camargo
Jonas Martins de Lima Filho
Organizadores



PENSADORES DA EDUCAÇÃO:

LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO

Marcelino Gomes de Araújo
Graziela Silva Ferreira
Luiz Felipe Araújo Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Ainat Magalhães Militão
Tamires Almeida Bezerra
Ana Julia Torres de Lacerda Fraz
Adenir dos Santos Camargo
Jonas Martins de Lima Filho
Organizadores



Editor Chefe*Ivanio Folmer***Bibliotecária***Eliete Marques da Silva***Revisora Técnica***Gabriella Eldereti Machado***Diagramação***Gabriel Eldereti Machado***Imagem capa***www.canva.com***Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI

Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pensadores da educação [livro eletrônico] : lições
para o presente e o futuro. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2025.

PDF

Vários autores.

Vários organizadores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-425-1

1. Educação - Filosofia 2. Educação - História.

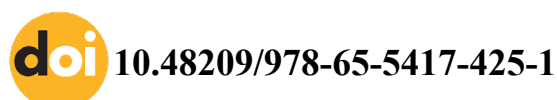
25-251991

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia da educação 370.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

A educação está em constante transformação, influenciada por mudanças sociais, tecnológicas e culturais. No entanto, por trás das práticas educacionais contemporâneas, há um legado de grandes pensadores que dedicaram suas vidas ao estudo do ensino e da aprendizagem. Este e-book busca explorar as contribuições de alguns dos mais importantes teóricos da educação, cujas ideias moldaram o pensamento pedagógico e continuam impactando escolas e professores ao redor do mundo.

Jean Piaget, Lev Vygotsky, John Dewey, Maria Montessori, B. F. Skinner e Paulo Freire são alguns dos nomes fundamentais abordados nesta obra. Suas teorias, apesar de distintas, oferecem perspectivas complementares sobre como ocorre a aprendizagem, quais fatores influenciam o desenvolvimento dos estudantes e quais métodos podem ser mais eficazes para a construção do conhecimento.

Nos capítulos a seguir, discutiremos as principais ideias de cada um desses educadores, contextualizando suas teorias e apresentando aplicações práticas para a realidade do ensino atual. O objetivo é proporcionar uma leitura acessível e reflexiva, permitindo que professores, estudantes de pedagogia e demais interessados compreendam o impacto dessas abordagens e encontrem inspirações para suas próprias práticas docentes. Afinal, compreender as bases do ensino nos permite inovar, adaptar e melhorar continuamente a experiência de aprendizagem para todos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Jean Piaget: O Construtivismo e o Desenvolvimento Cognitivo
.....8

Ainat Magalhães Militão

Luana Fernandes Bezerra

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Adenir dos Santos Camargo

doi: 10.48209/978-65-5417-425-0

CAPÍTULO 2

Lev Vygotsky: A Aprendizagem Mediada e o Papel do Outro
.....23

Ainat Magalhães Militão

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Wilson de Andrade Freitas

Eric Klepton de Oliveira Benicio

doi: 10.48209/978-65-5417-425-2

CAPÍTULO 3

John Dewey: Educação Progressista e Aprendizagem pela Experiência.....42

Ainat Magalhães Militão

Maurício Aires Vieira

Jarde Moisés Rodrigues Silva

Eric Klepton de Oliveira Benicio

doi: 10.48209/978-65-5417-425-3

CAPÍTULO 4

Maria Montessori: A Educação como Caminho para a Autonomia
.....57

Ainat Magalhães Militão

Milene Menezes Monteiro

Ana Paula da Cunha Nunes

Maurício Aires Vieira

doi: 10.48209/978-65-5417-425-4

CAPÍTULO 5

O Behaviorismo de Skinner e a Aprendizagem por Reforço.....72

Ainat Magalhães Militão

Ícaro Jael Mendonça Moura

Daiane Fabrício dos Santos

Ana Luiza Miranda dos Santos Neves

doi: 10.48209/978-65-5417-425-5

CAPÍTULO 6

Paulo Freire: Educação Libertadora e o Ensino como Prática da Liberdade.....87

Ainat Magalhães Militão

Francisca Joelina Xavier

Francisco Jorge Gondim

Maurício Aires Vieira

doi: 10.48209/978-65-5417-425-6

Sobre as Autoras e os Autores.....101

CAPÍTULO 1

JEAN PIAGET: O CONSTRUTIVISMO E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Ainat Magalhães Militão

Luana Fernandes Bezerra

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Adenir dos Santos Camargo

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-0

Resumo: O presente capítulo aborda a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, um dos principais referenciais do construtivismo. O objetivo é apresentar os estágios do desenvolvimento infantil e suas implicações para a prática pedagógica. A análise teórica aborda os quatro estágios do desenvolvimento (sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal), destacando os processos de assimilação, acomodação e equilíbrio como fundamentais para a construção do conhecimento. Discute-se ainda a concepção de aprendizagem como um processo ativo, no qual o sujeito interage com o ambiente para construir sua compreensão da realidade. Por fim, destaca-se a importância de metodologias que favoreçam a exploração, a experimentação e a resolução de problemas, promovendo um ensino centrado no aluno e em suas capacidades cognitivas.

Palavras-chave: Construtivismo, Desenvolvimento Cognitivo, Aprendizagem Ativa, Estágios do Desenvolvimento.

1. Introdução

O construtivismo é uma abordagem teórica que alterou significativamente a compreensão sobre o processo de aprendizagem, destacando o papel ativo do sujeito na construção do conhecimento. Entre os principais teóricos dessa

perspectiva, destaca-se Jean Piaget, responsável pela chamada teoria do desenvolvimento cognitivo. Seu trabalho lançou as bases da Epistemologia Genética, um modelo teórico que busca compreender a formação do conhecimento humano a partir da interação entre o sujeito e o meio ambiente, influenciando profundamente os campos da psicologia e da educação.

A teoria piagetiana é fundamentada na ideia de que o conhecimento não é simplesmente adquirido por meio da memorização de informações, mas construído progressivamente por meio da interação do indivíduo com o mundo ao seu redor. Esse entendimento contrapõe-se às concepções tradicionais da aprendizagem, que frequentemente enfatizam a transmissão passiva de conteúdos (Coll, 1987). A partir dessa perspectiva, Piaget propôs um modelo que descreve a evolução da inteligência em estágios, cada um com características distintas e interdependentes.

A disseminação das ideias de Piaget na educação ocorreu principalmente a partir da década de 1970, influenciando reformas curriculares em diversos países, incluindo o Brasil (Vasconcelos, 1997). No contexto educacional brasileiro, a teoria construtivista serviu de referência para a formulação de políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 5692/71) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), embora sua aplicação tenha gerado diversas interpretações e adaptações (Carvalho, 2001).

Piaget (1971) identificou quatro estágios do desenvolvimento cognitivo: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. De acordo com o autor, esses estágios representam diferentes formas de organização do pensamento e são fundamentais para compreender como os indivíduos constroem o conhecimento ao longo da vida. Ele enfatiza que a transição entre esses estágios não ocorre de maneira automática, mas é resultado da interação contínua entre assimilação, acomodação e equilíbrio, processos essenciais para o desenvolvimento cognitivo.

A epistemologia genética de Piaget busca explicar como o sujeito aprende ao longo do tempo e quais fatores influenciam essa construção do conhecimento. Diferente do empirismo, que entende a aprendizagem como resultado da experiência direta, e do inatismo, que pressupõe conhecimentos pré-existentes, Piaget argumenta que o conhecimento emerge da interação entre o indivíduo e seu meio, sendo continuamente reconstruído (Piaget, 1998). Esse conceito reflete a natureza ativa da aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento da inteligência.

Contudo, a aplicação do construtivismo na prática educacional não ocorreu sem desafios. Autores como Coll (1987) e Fosnot (1998) argumentam que muitas tentativas de “aplicar Piaget” de maneira mecânica resultaram em distorções conceituais. Frequentemente, o construtivismo foi interpretado de forma simplificada, levando a práticas pedagógicas equivocadas, como a ideia de que o professor deve ser apenas um facilitador passivo do conhecimento, sem papel ativo na mediação do aprendizado.

Outra crítica relevante se refere à dificuldade de adaptação da teoria piagetiana às necessidades do ensino contemporâneo. Embora Piaget tenha fornecido um modelo robusto para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, sua teoria não aborda diretamente questões como a influência da cultura e das interações sociais na aprendizagem, aspectos que foram aprofundados por teóricos como Lev Vygotsky (Silva, 1998). A ausência de um enfoque sociocultural mais explícito levou algumas correntes pedagógicas a complementar o construtivismo com perspectivas interacionistas.

Apesar dessas críticas, a importância da teoria piagetiana para a educação é inegável. Ao enfatizar a necessidade de um ensino que respeite os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo, Piaget trouxe contribuições valiosas para a formulação de estratégias pedagógicas mais eficazes. O uso de materiais concretos, a valorização da aprendizagem por descoberta e a adaptação do ensino ao nível de desenvolvimento dos alunos são exemplos de práticas derivadas de sua teoria (Massabni, 2001).

No contexto da sala de aula, o construtivismo propõe que o professor assuma um papel ativo na criação de situações que estimulem a curiosidade e o pensamento crítico dos estudantes. Esse modelo requer uma mudança de paradigma na educação tradicional, deslocando o foco do ensino baseado na transmissão de conteúdos para uma abordagem que valoriza a construção do conhecimento pelos próprios alunos (Rizzoni, 2005). Essa perspectiva tem implicações diretas na forma como as avaliações são conduzidas, incentivando processos contínuos de aprendizagem em detrimento de testes padronizados.

Neste capítulo, exploraremos com maior profundidade os princípios fundamentais da teoria de Piaget, analisando seus estágios do desenvolvimento, os processos cognitivos envolvidos e as principais implicações para a prática pedagógica. Além disso, discutiremos os desafios enfrentados na implementação do construtivismo na educação formal e as possibilidades de integração dessa abordagem com outras perspectivas teóricas.

A partir dessa análise, pretende-se fornecer um panorama abrangente sobre a relevância do pensamento piagetiano para a educação contemporânea. Mais do que um modelo teórico, o construtivismo constitui uma abordagem que continua a influenciar as práticas educacionais, promovendo uma visão mais dinâmica e interativa do processo de ensino e aprendizagem. A compreensão de suas bases é essencial para que educadores possam aprimorar suas estratégias pedagógicas e contribuir para a formação de alunos mais críticos e autônomos.

2. Construção do Conhecimento na Perspectiva Piagetiana

A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget apresenta uma visão processual do aprendizado, em que a criança não é um receptáculo passivo de informações, mas um agente ativo na construção de seu conhecimento. Esse processo é contínuo e ocorre por meio da interação do sujeito com o meio, de forma que novas experiências exigem adaptações cognitivas para serem com-

preendidas e assimiladas. A esse respeito, Piaget (1971, p. 27) destaca que “a inteligência não é algo dado de forma inata e fixa, mas um processo dinâmico de equilíbrio progressiva”.

A equilíbrio, conceito central na epistemologia genética piagetiana, é o mecanismo pelo qual o sujeito busca um estado de estabilidade cognitiva ao enfrentar novas informações e desafios. Segundo Piaget (1998, p. 54), “o desenvolvimento ocorre pela superação sucessiva de estados de desequilíbrio, promovendo reorganizações qualitativas no pensamento”. Isso significa que, para que a aprendizagem aconteça, é necessário que haja desafios que impulsionem o indivíduo a modificar seus esquemas mentais.

No contexto educacional, a abordagem construtivista enfatiza a importância de metodologias ativas que permitam ao aluno explorar, experimentar e refletir sobre os conhecimentos adquiridos. Como apontam Chakur, Silva e Massabni (2001), a tentativa de aplicar a teoria piagetiana na educação nem sempre foi bem compreendida, muitas vezes levando a uma interpretação reducionista que associa a aprendizagem apenas à manipulação concreta de materiais, sem considerar a construção ativa do conhecimento pelo estudante.

Para Piaget (1976), a aprendizagem não se dá por mera transmissão de conteúdos, mas sim pelo envolvimento do aluno em atividades que estimulem seu pensamento e favoreçam a reformulação de suas concepções anteriores. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a resolução de problemas, a experimentação e a descoberta. “Ensinar significa criar possibilidades para que o aluno descubra, reinvente e construa ativamente seu conhecimento” (Piaget, 1998, p. 102).

Nesse sentido, a escola deve ser um ambiente que propicie desafios cognitivos adequados ao nível de desenvolvimento do aluno, incentivando-o a formular hipóteses, testar diferentes abordagens e refletir sobre os resultados obtidos. Segundo Piaget (1998), é por meio dessa interação ativa com o meio que ocorre a assimilação e a acomodação do conhecimento, permitindo que a

criança avance progressivamente em sua compreensão do mundo. Dessa forma, a aprendizagem torna-se um processo dinâmico e significativo, no qual o estudante não apenas recebe informações, mas participa ativamente na construção de conceitos, relacionando novos saberes com suas experiências prévias e ampliando suas estruturas cognitivas.

Outro aspecto essencial da teoria piagetiana é a importância das interações sociais na construção do conhecimento. Embora Piaget tenha enfatizado o papel do sujeito em sua própria aprendizagem, ele reconheceu que o meio social exerce influência sobre o desenvolvimento cognitivo. Como destacam Coll (1987) e Rizzoni (2010), a troca de ideias e a cooperação entre pares favorecem a descentração do pensamento e a compreensão de diferentes perspectivas, contribuindo para a ampliação das estruturas cognitivas.

No que se refere à prática docente, a teoria piagetiana sugere que o professor deve atuar como mediador do conhecimento, proporcionando situações que desafiem os esquemas mentais dos alunos e promovam a reorganização de suas concepções. Como ressaltam Santana, Roazzi e Dias (2006, p.72), “o professor deve estimular a curiosidade e a autonomia intelectual dos estudantes, incentivando-os a formular hipóteses, testar soluções e refletir sobre os resultados de suas ações”.

Dessa forma, a concepção construtivista de Piaget contrapõe-se a modelos tradicionais de ensino que enfatizam a memorização e a reprodução mecânica de conteúdos. Segundo a visão piagetiana, o aprendizado significativo ocorre quando o estudante se apropria ativamente do conhecimento, integrando-o aos seus esquemas prévios e aplicando-o em diferentes situações. Como destaca Delval (2007, p.116), “o conhecimento não pode ser transmitido de forma direta; ele precisa ser reconstruído pelo próprio sujeito em função de suas interações com o meio”.

Ao compreender a aprendizagem como um processo de construção contínua, Piaget também destaca a importância da adaptação dos conteúdos ao

nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. Isso implica a necessidade de um ensino que respeite os estágios do pensamento infantil, evitando apresentar conceitos excessivamente abstratos para crianças que ainda não desenvolveram operações formais. Segundo Piaget (1998), a aprendizagem torna-se mais efetiva quando os desafios estão um pouco além do nível atual de desenvolvimento do aluno, exigindo um esforço para assimilá-los, porém sem gerar frustração.

Além disso, o construtivismo piagetiano apresenta implicações significativas para a avaliação da aprendizagem. Diferente de modelos tradicionais que priorizam a mensuração do desempenho por meio de testes padronizados, a perspectiva piagetiana sugere que a avaliação deve ser formativa e processual, considerando as transformações na estrutura cognitiva do aluno. Como enfatiza Piaget (1971, p. 87), “o verdadeiro objetivo da avaliação deve ser compreender o caminho percorrido pelo estudante na construção do conhecimento, e não apenas medir o resultado final”.

3. Os Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Piaget (1971) identificou quatro estágios do desenvolvimento cognitivo, que descrevem a evolução das capacidades intelectuais desde o nascimento até a idade adulta. Cada estágio caracteriza-se por formas específicas de pensamento e pela maneira como o indivíduo interage com o mundo. A transição entre esses estágios ocorre por meio dos processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, fundamentais para a construção do conhecimento.

• Estágio Sensório-Motor (0 a 2 anos)

No primeiro estágio, o bebê explora o mundo por meio dos sentidos e das ações motoras. Um dos principais avanços desse período é a noção de permanência do objeto, que indica que a criança começa a entender que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis (Piaget, 1971). Esse estágio é marcado pelo desenvolvimento de esquemas sensório-motores e pelo início da inteligência prática.

- **Estágio Pré-Operatório (2 a 7 anos)**

Nesse estágio, a criança começa a utilizar símbolos para representar o mundo ao seu redor, como na linguagem e no brincar simbólico. No entanto, o pensamento ainda é egocêntrico, o que significa que a criança tem dificuldade em compreender perspectivas diferentes da sua (Piaget, 1998). Além disso, há uma tendência ao pensamento intuitivo, ou seja, a criança baseia suas conclusões na aparência imediata dos objetos, sem utilizar operações lógicas.

- **Estágio das Operações Concretas (7 a 11 anos)**

Esse período é caracterizado pelo desenvolvimento da lógica concreta. A criança torna-se capaz de compreender conceitos como conservação de quantidade, reversibilidade e classificação. Ela pode resolver problemas que envolvem objetos físicos e situações concretas, mas ainda tem dificuldades com o pensamento abstrato e hipotético (Piaget, 1976). As operações mentais começam a se tornar mais organizadas e sistemáticas, permitindo maior compreensão das relações entre os elementos.

- **Estágio das Operações Formais (a partir de 12 anos)**

No último estágio, o pensamento abstrato e hipotético torna-se possível. O indivíduo pode raciocinar sobre conceitos abstratos, formular hipóteses e realizar deduções lógicas sem a necessidade de apoio em objetos concretos (Piaget, 1998). Essa capacidade permite um pensamento mais crítico e reflexivo, essencial para a resolução de problemas complexos e para o desenvolvimento de competências científicas e filosóficas.

3.1 Implicações para a Educação

A teoria piagetiana influenciou significativamente a educação ao demonstrar que o aprendizado ocorre de forma ativa e construtiva. Essa abordagem implica uma mudança na forma como o ensino é concebido, deslocando o foco da simples transmissão de conteúdos para a criação de ambientes que favoreçam

a exploração e a descoberta. Ao reconhecer que a aprendizagem ocorre de maneira processual e interativa, a teoria piagetiana destaca a necessidade de metodologias que estimulem a autonomia do aluno, incentivando-o a questionar, experimentar e reformular suas concepções à medida que interage com novas informações.

Dessa maneira, o papel do professor se transforma: em vez de ser a única fonte de conhecimento, ele passa a atuar como mediador e facilitador, criando situações que desafiem o estudante a construir significados próprios. Isso reforça a importância de um ensino baseado na problematização e na resolução de desafios, permitindo que o aluno desenvolva o pensamento crítico e aprimore sua capacidade de abstração e raciocínio lógico. A seguir, serão discutidas algumas das principais implicações dessa teoria para a prática pedagógica, a saber: metodologias ativas, o papel do professor e o processo de avaliação da aprendizagem.

3.1.1 Metodologias Ativas

Com base no construtivismo piagetiano, metodologias ativas são aquelas que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, promovendo sua participação ativa na construção do conhecimento.

De acordo com Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2018), as metodologias ativas representam uma abordagem pedagógica que busca engajar os estudantes no processo de aprendizagem, promovendo autonomia, protagonismo e reflexão crítica. Essas estratégias se alinham à teoria piagetiana ao enfatizarem a experimentação, a resolução de problemas e a interação com o meio como fatores essenciais para a construção do conhecimento. Entre as metodologias ativas mais utilizadas, destacam-se a aprendizagem baseada em problemas (PBL), que desafia os alunos a resolverem situações reais por meio da investigação e do pensamento crítico, e a sala de aula invertida, que propõe a inversão da lógica tradicional de ensino, permitindo que os estudantes explorem conteúdos

previamente e utilizem o tempo em sala para a construção coletiva do saber. Ao proporcionar experiências concretas e contextualizadas, essas metodologias favorecem o desenvolvimento cognitivo dos alunos e incentivam uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Há também, o ensino por investigação que utiliza a experimentação e a descoberta para envolver os alunos no processo de construção do conhecimento e o uso de materiais concretos: No estágio operatório concreto, por exemplo, a manipulação de objetos físicos ajuda a criança a compreender conceitos matemáticos e científicos (Massabni, 2001).

3.1.2 O Papel do Professor na Pedagogia Ativa e na Avaliação da Aprendizagem

O professor desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo do aluno ao criar situações que incentivem a construção ativa do conhecimento. Segundo Piaget (1998), o docente deve atuar como um mediador, promovendo desafios adequados ao nível de desenvolvimento do estudante e estimulando sua curiosidade e autonomia intelectual. A perspectiva ativa proposta por Piaget não implica a ausência do professor, mas sim a reformulação de seu papel no processo de ensino-aprendizagem. O docente não deve ser apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador que estimula a pesquisa, o questionamento e a experimentação. Piaget (1998) enfatiza que o professor deve deixar de ser apenas um conferencista e, assim, passar a estimular a pesquisa e o esforço, ao invés de simplesmente fornecer soluções prontas.

Isso significa que o professor deve atuar como promotor do conhecimento, criando situações em que os alunos possam interagir com o meio e construir ativamente seu aprendizado. No entanto, muitas vezes há interpretações equivocadas dessa proposta, levando alguns a acreditarem que o construtivismo prega um “deixar fazer” ou uma ausência de direcionamento pedagógico. Pelo contrário, a função do professor torna-se ainda mais complexa, exigindo um planejamento cuidadoso para garantir que os alunos sejam desa-

fiados e guiados ao longo de seu desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1998). Algumas estratégias recomendadas incluem:

- Propor desafios cognitivos que incentivem os alunos a buscar soluções e reorganizar seus esquemas mentais.
- Estimular o aprendizado colaborativo, promovendo interações entre os alunos para que possam compartilhar diferentes perspectivas.
- Adaptar a linguagem e os conteúdos ao nível cognitivo dos alunos, respeitando as características de cada estágio de desenvolvimento.

Dessa forma, o professor precisa garantir que o ambiente de aprendizagem seja rico em estímulos e experiências que favoreçam a construção do conhecimento pelos próprios alunos. Isso implica a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam a autonomia dos estudantes e a experimentação, respeitando seu estágio de desenvolvimento cognitivo.

3.1.3 Avaliação na Perspectiva Construtivista

A avaliação no modelo tradicional é frequentemente baseada na memorização de conteúdos e em provas padronizadas. Já na perspectiva construtivista, a avaliação deve ser um processo contínuo e formativo, levando em consideração não apenas o resultado final, mas também o percurso cognitivo do aluno. Segundo Lakomy (2003), a avaliação no construtivismo não pode ser separada do ensino, devendo ser compreendida como parte integrante do processo educativo. Em vez de focar apenas na resposta correta, o professor deve buscar compreender o ponto de vista do aluno, identificando suas concepções e promovendo reflexões que estimulem a reconstrução do conhecimento. Entre as práticas avaliativas alinhadas ao construtivismo, destacam-se:

- Autoavaliação: permite que o aluno reflita sobre seu próprio processo de aprendizado.
- Portfólios: proporcionam a reunião de produções ao longo do tempo, demonstrando sua evolução.

- Observação sistemática: o professor acompanha e registra os avanços do estudante ao longo de todo percurso escolar.
- Avaliação por resolução de problemas: em vez de testes tradicionais, podem ser propostos desafios que estimulem o raciocínio e a criatividade.

Piaget (1971) argumenta que a verdadeira avaliação deve focar na compreensão do caminho percorrido pelo aluno na construção do conhecimento, ao invés de se limitar à correção de respostas certas ou erradas. Isso reforça a importância de uma abordagem que valorize o aprendizado significativo e o desenvolvimento da autonomia intelectual, garantindo que o estudante não apenas retenha informações, mas também saiba aplicá-las em diferentes contextos.

3.1.4 A Interação Social e o Papel do Meio na Aprendizagem

Embora Piaget tenha enfatizado o papel do sujeito na construção do conhecimento, ele não desconsidera a importância do meio e da interação social. O conhecimento é resultado de uma interação entre o sujeito e o objeto de estudo, e o ambiente escolar deve ser estruturado de maneira a estimular essa relação.

Dessa forma, a prática pedagógica deve contemplar estratégias que favoreçam a construção ativa do conhecimento, como o trabalho em grupo, permitindo que os alunos compartilhem diferentes perspectivas e desenvolvam habilidades de colaboração; projetos interdisciplinares, que promovem a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e estimulam uma visão mais integrada dos conteúdos; e situações-problema, que incentivam os alunos a formularem hipóteses, testarem soluções e refletirem sobre os resultados, fortalecendo o pensamento crítico e a autonomia na aprendizagem.

No entanto, há desafios na implementação dessa abordagem. Muitos professores interpretam o construtivismo como uma prática que exige apenas a utilização de materiais concretos ou a simples troca de experiências, sem um aprofundamento teórico que sustente a mediação docente.

3.1.5 Aplicação das Ideias Piagetianas no Ensino Digital e Tecnológico

Com o avanço das tecnologias digitais, a teoria piagetiana pode ser aplicada de forma inovadora, utilizando ferramentas interativas que favorecem a exploração e a descoberta. Plataformas digitais podem ser estruturadas para permitir que os alunos realizem experimentos virtuais, joguem games educativos e participem de simulações interativas (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2018). Alguns exemplos são:

- Ambientes virtuais de aprendizagem: permitem a colaboração entre alunos e professores.
- Gamificação: utiliza elementos de jogos para motivar a participação e a resolução de desafios.
- Realidade aumentada: permite que os alunos interajam com o conteúdo de maneira mais imersiva.

Além disso, a aprendizagem baseada em tecnologia pode potencializar os princípios da equibração, assimilação e acomodação, uma vez que proporciona desafios dinâmicos e interativos que exigem a constante reorganização do conhecimento. Segundo Piaget (1998), o conhecimento não é adquirido de forma passiva, mas sim construído ativamente pelo sujeito à medida que este interage com o meio. Nesse sentido, ferramentas como realidade aumentada e inteligência artificial permitem que os alunos explorem conceitos abstratos de maneira mais concreta, tornando o processo de aprendizagem mais significativo. Aplicativos educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem também possibilitam a personalização do ensino, adaptando-se ao ritmo e às necessidades de cada estudante, o que está alinhado à ideia piagetiana de que o aprendizado ocorre de forma individualizada e progressiva.

Dessa forma, a integração entre tecnologia e construtivismo amplia as possibilidades pedagógicas, promovendo um ensino mais envolvente, ativo e centrado no aluno. Essas práticas combinadas com estratégias reforçam a ideia de que o conhecimento não deve ser simplesmente transmitido, mas construído ativamente pelo estudante, em consonância com os princípios piagetianos.

4. Considerações Finais

Diante do exposto, é possível afirmar que a teoria de Piaget permanece relevante no campo educacional, influenciando práticas pedagógicas que valorizam a autonomia, a experimentação e o pensamento crítico. Embora tenha sido alvo de interpretações equivocadas ao longo do tempo, sua abordagem continua a oferecer contribuições valiosas para a compreensão do desenvolvimento infantil e para a construção de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e significativos. Dessa forma, ao adotar uma perspectiva construtivista, os educadores podem favorecer um ensino mais ativo e participativo, alinhado às necessidades dos estudantes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a teoria piagetiana não apenas contribuiu para a reformulação das concepções de ensino e aprendizagem, como também permanece como um referencial essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. A ênfase na construção ativa do conhecimento reforça a importância de metodologias que estimulem o protagonismo dos alunos, incentivando-os a explorar, questionar e desenvolver habilidades que vão além da simples memorização de conteúdos. Além disso, as metodologias ativas, fundamentadas em princípios construtivistas, demonstram que um ensino centrado no estudante favorece não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também competências socioemocionais essenciais para o século XXI. Assim, cabe aos educadores e formuladores de políticas educacionais considerar os princípios do construtivismo na criação de estratégias pedagógicas que dialoguem com os desafios contemporâneos, promovendo uma educação mais inclusiva, significativa e transformadora.

Referências

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Afonso; TREVISANI, José Moran. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CARVALHO, Marta. **A teoria de Piaget e suas implicações para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite; SILVA, Rita de Cássia da; MASSABNI, Vânia Galindo. **O construtivismo no ensino fundamental: um caso de desconstrução**. Anais da ANPEd, 2001. Disponível em: [repositório da ANPEd]. Acesso em: 22 jan. 2025.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

DELVAL, Juan. **Aprender a pensar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOSNOT, Catherine Twomey. **Constructivism: Theory, perspectives, and practice**. New York: Teachers College Press, 1998.

MASSABNI, Vânia Galindo. **O construtivismo na prática docente**. São Paulo: Papirus, 2001.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento: Equilibração das estruturas cognitivas**. São Paulo: Loyola, 1998.

RIZZONI, Gisele. **A sala de aula sob o olhar do construtivismo piagetiano: Perspectivas e implicações**. São Paulo: Autêntica, 2010.

SANTANA, P. R.; ROAZZI, A.; DIAS, M. **A construção do conhecimento na perspectiva piagetiana**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SILVA, Rita de Cássia da. **Piaget e Vygotsky: Contribuições para a educação contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, Celso. **A influência de Piaget na educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1997.

CAPÍTULO 2

LEV VYGOTSKY: A APRENDIZAGEM MEDIADA E O PAPEL DO OUTRO

Ainat Magalhães Militão

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Wilson de Andrade Freitas

Eric Klepton de Oliveira Benicio

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-2

Resumo: Este capítulo explora a teoria sociocultural de Lev Vygotsky, que destaca a importância da interação social na aprendizagem. Busca-se compreender como os processos mentais superiores se desenvolvem a partir das relações interpessoais e do uso de ferramentas culturais. Para tanto, são apresentados conceitos centrais como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o papel da mediação e a importância do diálogo para a construção do conhecimento. Também analisamos a influência das interações sociais na formação das funções psicológicas superiores. Conclui-se apontando para a necessidade de práticas pedagógicas que incentivem o aprendizado colaborativo e a participação ativa dos estudantes, destacando o papel do professor como mediador do conhecimento.

Palavras-chave: Socioconstrutivismo, Mediação, Zona de Desenvolvimento Proximal, Interação Social.

1. Introdução

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky trouxe contribuições fundamentais para a compreensão do desenvolvimento humano ao enfatizar o papel das interações sociais e culturais na formação das funções psicológicas superiores.

Diferente da abordagem construtivista de Piaget, que se concentra no desenvolvimento cognitivo a partir da interação do indivíduo com o ambiente, Vygotsky argumenta que o aprendizado é mediado por ferramentas culturais e pela comunicação com outros indivíduos, principalmente em contextos educacionais (Vygotsky, 2009). Dessa forma, a construção do conhecimento não ocorre de maneira isolada, mas no interior de um processo interativo e dialógico, no qual o sujeito aprende por meio da relação com o outro e com a cultura historicamente acumulada (Vygotsky, 2001).

No centro da teoria de Vygotsky está o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que representa a distância entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que pode alcançar com a ajuda de um outro mais experiente. Segundo Vygotsky (1991), a aprendizagem ocorre quando os alunos são guiados por meio de interações com professores, pais ou colegas mais experientes. Esse processo é denominado mediação, pois o conhecimento não é simplesmente transmitido, mas co-construído entre o sujeito e o outro (Vygotsky, 2007). Como aponta Duarte (2013), a mediação desempenha um papel essencial no desenvolvimento humano, pois é por meio da internalização das interações sociais que o indivíduo adquire funções psicológicas superiores.

Outro conceito fundamental na teoria vygotskiana é o papel das ferramentas culturais, incluindo a linguagem, como mediadoras do desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky (2001), a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas a principal ferramenta psicológica para a formação do pensamento. O autor distingue o discurso social, que ocorre entre indivíduos, do discurso interno, que se desenvolve à medida que a criança internaliza conceitos e ideias, possibilitando formas mais complexas de raciocínio. Como explica Saccomani (2014), a linguagem é um instrumento que possibilita a reorganização do pensamento e a construção de novos significados, sendo essencial para a aprendizagem e para o desenvolvimento intelectual.

A partir dessa perspectiva, a escola desempenha um papel central no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pois é nesse espaço que as crianças entram em contato com conceitos científicos e com formas de pensamento mais elaboradas. Vygotsky (1998) argumenta que o ensino deve anteciper o desenvolvimento, guiando os alunos para além de sua ZDP e promovendo o crescimento intelectual por meio da interação com adultos e pares mais experientes. Nesse sentido, a educação não deve ser apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas um ambiente de construção ativa e colaborativa do saber (Duarte, 2013).

Além disso, a teoria vygotskiana enfatiza a importância do contexto social na aprendizagem. Diferente da visão tradicional que separa ensino e desenvolvimento, Vygotsky (1991) postula que a instrução bem estruturada pode impulsionar o desenvolvimento cognitivo. Esse princípio tem implicações significativas para a prática pedagógica, sugerindo que metodologias colaborativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a tutoria entre pares, podem ser mais eficazes do que abordagens instrucionais centradas na transmissão passiva de conhecimento (Duarte, 2013; Saccomani, 2014).

A pedagogia histórico-crítica, baseada nos fundamentos vygotskianos e desenvolvida por autores como Dermeval Saviani, reforça essa perspectiva ao defender que a educação deve socializar o conhecimento acumulado historicamente. Assim, a escola deve proporcionar aos alunos acesso às produções culturais da humanidade, permitindo que eles avancem para níveis mais complexos de compreensão e atuação no mundo (Newton, 2013). Esse modelo educacional se contrapõe às pedagogias do “aprender a aprender”, que tendem a minimizar a importância da transmissão do conhecimento sistematizado, reforçando a necessidade de uma mediação qualificada no processo educativo (Duarte, 2013).

Entretanto, a aplicação da teoria sociocultural na educação não está isenta de desafios. Um dos principais equívocos é a interpretação simplista do con-

ceito de mediação, que pode levar a práticas pedagógicas que enfatizam a interação social sem a devida sistematização dos conteúdos. Como argumenta Duarte (2013), a psicologia histórico-cultural deve ser articulada a uma teoria pedagógica para que contribua efetivamente para a prática educativa. Dessa forma, a mediação não pode ser reduzida a simples interações informais, mas deve ser planejada intencionalmente pelo professor para promover o desenvolvimento do pensamento científico e das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 2001).

Outro desafio refere-se à necessidade de adaptação da teoria vygotskiana aos novos contextos educacionais, incluindo o uso de tecnologias digitais. Com o avanço das ferramentas tecnológicas, novas formas de mediação estão surgindo, possibilitando a construção colaborativa do conhecimento em ambientes virtuais. Nesse sentido, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2018) destacam que a aprendizagem mediada por tecnologia pode potencializar a ZDP dos alunos, fornecendo recursos interativos e colaborativos que ampliam suas capacidades cognitivas. Assim, os princípios vygotskianos podem ser aplicados para repensar o papel do professor na era digital, transformando-o em um mediador do aprendizado que utiliza as novas tecnologias para ampliar a interação e a construção do saber (Duarte, 2013; Newton, 2013).

Diante dessas considerações, este capítulo explora os princípios fundamentais da teoria sociocultural de Vygotsky, analisando conceitos como a ZDP, a mediação e o papel das interações sociais na aprendizagem. Além disso, discutiremos as implicações dessa abordagem para a prática pedagógica e os desafios de sua implementação no contexto contemporâneo. O objetivo é fornecer uma visão abrangente da relevância do pensamento vygotskiano para a educação, destacando sua contribuição para a construção de práticas educativas mais dinâmicas e inclusivas.

2. A Construção do Conhecimento na Perspectiva Vygotskiana

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky modificou a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano ao enfatizar a influência do meio social e das interações culturais na construção do conhecimento. Para Vygotsky (2001), o desenvolvimento cognitivo não ocorre de forma isolada, mas sim como um processo mediado pelo ambiente social, especialmente pela linguagem e pelas interações com outras pessoas mais experientes. Diferente da abordagem piagetiana, que considera o conhecimento como resultado de construções individuais e do contato direto com o meio, Vygotsky argumenta que o aprendizado ocorre primeiro no plano interpsicológico, por meio da interação social, para depois se internalizar no plano intrapsicológico (Vygotsky, 1998).

A construção do conhecimento, na perspectiva vygotskiana, está diretamente ligada ao conceito de mediação, que se refere ao papel desempenhado por signos, instrumentos e interações sociais no desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 1991). Para o autor, a aprendizagem não se dá apenas por meio da experiência direta, mas é intermediada por ferramentas simbólicas e culturais, como a linguagem, os números, os sistemas de escrita e outras formas de representação do conhecimento acumulado pela humanidade (Saccomani, 2014). Assim, o desenvolvimento cognitivo ocorre dentro de um contexto social e histórico, no qual o sujeito é constantemente influenciado pelas interações e pelos conhecimentos transmitidos por gerações anteriores.

Entre as principais ferramentas mediadoras no processo de aprendizagem, destaca-se a linguagem, que desempenha um papel central no desenvolvimento do pensamento. Vygotsky (2009) argumenta que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta essencial para a organização do pensamento e a internalização de conceitos. Ele distingue dois tipos de discurso: o discurso externo, utilizado para a comunicação social, e o discurso inter-

no, que surge à medida que a criança internaliza o conhecimento e desenvolve o pensamento abstrato. Segundo Vygotsky (2007), essa internalização ocorre por meio de um processo de apropriação das estruturas linguísticas e conceituais disponíveis na cultura.

O aprendizado, portanto, não é visto como uma simples assimilação de informações, mas como um processo dinâmico no qual o sujeito se apropria do conhecimento por meio da interação com o meio social. Duarte (2013) destaca que a teoria vygotskiana rompe com a visão tradicional da aprendizagem como um processo individual e enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a interação, o diálogo e a cooperação. A construção do conhecimento acontece, portanto, em um contexto de troca e colaboração, no qual o professor, os colegas e os materiais didáticos desempenham um papel fundamental como mediadores do aprendizado (Newton, 2013).

Outro conceito fundamental na perspectiva vygotskiana é a atividade orientada, que se refere à participação do sujeito em práticas sociais que lhe permitem apropriar-se do conhecimento historicamente acumulado (Vygotsky, 1991). O autor enfatiza que o aprendizado não pode ser reduzido a um processo passivo de recepção de informações, mas deve envolver a participação ativa do estudante em situações reais de uso do conhecimento. Nesse sentido, a construção do conhecimento ocorre por meio da resolução de problemas, do uso de ferramentas simbólicas e da interação com outros sujeitos mais experientes (Duarte, 2013).

Dessa forma, a teoria sociocultural de Vygotsky oferece uma compreensão ampla e interativa da aprendizagem, destacando que o conhecimento é construído socialmente e internalizado de maneira progressiva. Como consequência, a educação deve valorizar práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos, a colaboração entre pares e o uso de diferentes ferramentas mediadoras para facilitar a internalização dos conceitos (Saccomani, 2014). Esse entendimento tem implicações diretas para o ensino, que deve

buscar estratégias que promovam o envolvimento do estudante em atividades significativas e que estimulem o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

A seguir, exploraremos com mais profundidade os conceitos de zona de desenvolvimento proximal e o papel do outro na construção do conhecimento, analisando como a interação social pode potencializar o aprendizado e permitir que os indivíduos avancem para níveis mais complexos de pensamento.

3. A Zona de Desenvolvimento Proximal e o Papel do Outro na Construção do Conhecimento

A teoria de Lev Vygotsky revolucionou a compreensão do aprendizado ao destacar o papel fundamental da interação social no desenvolvimento cognitivo. Um dos conceitos mais relevantes de sua teoria é a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que se refere à distância entre o que um indivíduo consegue fazer sozinho e o que ele pode realizar com a ajuda de um outro mais experiente (Vygotsky, 1991). Essa distância representa o espaço de potencialidade do sujeito, ou seja, aquilo que ele ainda não domina completamente, mas pode aprender com a mediação adequada. Diferente da abordagem piagetiana, que enfatiza a maturação biológica como um fator determinante do desenvolvimento, Vygotsky (2009) argumenta que o aprendizado pode impulsionar o desenvolvimento, desde que ocorra dentro da ZDP.

A ZDP tem implicações diretas para a prática pedagógica, pois sugere que a aprendizagem mais significativa ocorre quando o professor ou um colega mais experiente auxilia o estudante a realizar tarefas que, sozinho, ele ainda não seria capaz de completar (Vygotsky, 2001). Esse processo é denominado mediação e pode ocorrer por meio da interação verbal, da modelagem de comportamentos ou do uso de ferramentas culturais, como a escrita, os símbolos matemáticos e os recursos tecnológicos (Duarte, 2013). Assim, o conhecimento é construído de forma progressiva, em um processo de internalização das inte-

rações sociais que ocorre por meio da orientação de um outro mais experiente.

A mediação pedagógica, portanto, desempenha um papel essencial no avanço do conhecimento, pois permite que o estudante amplie sua compreensão e desenvolva novas habilidades. Vygotsky (1998) destaca que a presença de um mediador competente – seja um professor, um colega ou até mesmo um livro – pode facilitar a reorganização dos processos cognitivos e acelerar o aprendizado. Esse princípio reforça a necessidade de práticas educacionais que envolvam a participação ativa dos alunos e o uso de estratégias que promovam a interação e a colaboração no ambiente escolar (Newton, 2013).

Além disso, a teoria da ZDP implica que o ensino deve ser desafiador, mas acessível, equilibrando a dificuldade da atividade com o nível de desenvolvimento do estudante. Segundo Saccomani (2014), quando uma tarefa é muito fácil, o aluno pode se desinteressar e não sentir necessidade de avançar; por outro lado, se a tarefa for excessivamente difícil, pode gerar frustração e desmotivação. Dessa forma, cabe ao professor identificar o nível de desenvolvimento real do aluno e oferecer suporte adequado para que ele consiga realizar tarefas ligeiramente acima de sua capacidade atual, impulsionando seu aprendizado sem causar bloqueios emocionais.

Um aspecto central da ZDP é o conceito de scaffolding, ou “andaime”, proposto por Bruner (1976) e baseado nas ideias de Vygotsky. Esse conceito refere-se ao suporte temporário que um professor ou colega mais experiente fornece ao aprendiz, permitindo que ele realize tarefas complexas até que se torne capaz de executá-las de forma independente. O apoio pode ser reduzido progressivamente à medida que o estudante adquire maior autonomia, permitindo que ele avance para novas etapas de aprendizado (Duarte, 2013). Essa abordagem reforça a importância de um ensino interativo e dinâmico, que ajuste a mediação de acordo com as necessidades individuais dos alunos.

A ZDP também evidencia que o conhecimento não é simplesmente absorvido pelo aluno, mas construído ativamente por meio da interação social. Vy-

gotsky (1991) argumenta que todo aprendizado significativo acontece primeiro no nível social, para depois ser internalizado no nível individual. Esse processo ocorre por meio do diálogo, da troca de experiências e do uso de ferramentas culturais que estruturam o pensamento. Dessa forma, a escola e outros espaços de socialização assumem um papel essencial na formação intelectual dos indivíduos, pois oferecem oportunidades para a ampliação da ZDP e a internalização de novos conceitos (Vygotsky, 2007).

O papel do outro na construção do conhecimento é particularmente evidente nas atividades colaborativas. Estudos baseados na teoria vygotskiana indicam que a aprendizagem em grupo favorece o avanço na ZDP, pois permite que os alunos compartilhem diferentes perspectivas e construam conjuntamente significados mais complexos (Saccomani, 2014). Nesse sentido, estratégias como a aprendizagem cooperativa, o ensino por pares e a resolução conjunta de problemas podem potencializar o desenvolvimento cognitivo ao criar um ambiente de interação rico e diversificado (Duarte, 2013).

Além do professor e dos colegas, a cultura também desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento. Para Vygotsky (2001), as ferramentas culturais – como a linguagem, a escrita, a matemática e os recursos tecnológicos – são instrumentos essenciais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O acesso a essas ferramentas possibilita que os indivíduos reorganizem sua forma de pensar e adquiram habilidades que não poderiam ser desenvolvidas de maneira isolada. Nesse sentido, a escola tem o papel de garantir que os alunos se apropriem dessas ferramentas e as utilizem de maneira crítica e reflexiva (Newton, 2013).

No contexto contemporâneo, a teoria da ZDP tem sido aplicada a novos ambientes de aprendizagem, especialmente no uso das tecnologias educacionais. Plataformas digitais, jogos interativos e inteligência artificial podem atuar como mediadores do conhecimento, oferecendo feedbacks personalizados e ampliando as oportunidades de aprendizado (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani,

2018). Assim, a mediação tecnológica pode desempenhar um papel semelhante ao scaffolding, permitindo que os alunos avancem em sua ZDP por meio de recursos digitais interativos e adaptáveis.

Outro aspecto relevante da teoria vygotskiana é a relação entre a ZDP e a avaliação da aprendizagem. Diferente das abordagens tradicionais, que focam na aferição de conhecimentos já adquiridos, a avaliação baseada na ZDP busca identificar o potencial de desenvolvimento do aluno e sua capacidade de aprender com o suporte adequado (Vygotsky, 2009). Esse modelo de avaliação formativa permite que o professor compreenda não apenas o que o estudante já sabe, mas também quais são suas possibilidades de avanço, orientando melhor o planejamento do ensino (Duarte, 2013).

Apesar das inúmeras contribuições da teoria da ZDP, sua implementação no ambiente escolar enfrenta desafios. Um dos principais equívocos é a interpretação simplista do conceito de mediação, que pode levar à ideia equivocada de que todo aprendizado deve ocorrer em grupo ou de que o professor deve intervir constantemente no processo de aprendizagem (Saccomani, 2014). No entanto, Vygotsky (1991) enfatiza que a mediação deve ser planejada e ajustada às necessidades individuais, garantindo que os alunos tenham autonomia para internalizar o conhecimento e aplicá-lo de maneira independente.

Diante dessas reflexões, a teoria da zona de desenvolvimento proximal e o papel do outro na construção do conhecimento reforçam a importância de um ensino baseado na interação social e na mediação qualificada. Quando aplicada de forma adequada, essa abordagem permite que os indivíduos avancem para níveis mais complexos de pensamento, desenvolvam autonomia intelectual e se apropriem do conhecimento de maneira ativa e significativa. A escola, portanto, deve ser um espaço que estimula a cooperação, a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento, criando um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo (Duarte, 2013; Vygotsky, 1998).

4. Implicações para a Educação

A teoria sociocultural de Vygotsky trouxe impactos significativos para a educação ao demonstrar que o aprendizado ocorre por meio da interação social e da mediação. Esse entendimento modificou a visão tradicional da escola, deslocando o foco da simples transmissão de conteúdos para um ensino baseado na participação ativa do aluno e na colaboração entre sujeitos em diferentes níveis de desenvolvimento (Vygotsky, 1998). Dessa forma, a escola passa a ser concebida como um espaço de construção conjunta do conhecimento, no qual professores e alunos interagem constantemente para ampliar as capacidades cognitivas e culturais dos indivíduos (Duarte, 2013).

Um dos principais desdobramentos pedagógicos da teoria vygotskiana é a ênfase no ensino colaborativo e mediado, no qual os alunos aprendem tanto com seus professores quanto com seus colegas por meio do compartilhamento de experiências e da troca de significados. Para Vygotsky (2001), o conhecimento se forma primeiramente no plano interpsicológico – por meio da interação com outras pessoas – e, posteriormente, é internalizado no plano intrapsicológico. Esse princípio reforça a importância de práticas educacionais que incentivem o diálogo, o trabalho em grupo e a cooperação no ambiente escolar (Newton, 2013).

A aprendizagem colaborativa, baseada no conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), é um dos métodos pedagógicos que melhor aplicam as ideias vygotskianas. Nesse modelo, os alunos interagem entre si, compartilhando conhecimentos e ajudando uns aos outros a alcançar níveis mais complexos de pensamento (Vygotsky, 1991). O ensino por pares, por exemplo, é uma estratégia eficaz para estimular o desenvolvimento cognitivo, pois permite que os estudantes que já dominam um conceito auxiliem aqueles que ainda estão em processo de aprendizado, funcionando como mediadores informais (Duarte, 2013). Dessa forma, a aprendizagem se torna mais significativa e participativa.

Outra estratégia fundamentada na teoria de Vygotsky é o ensino dialógico, no qual a construção do conhecimento ocorre por meio do questionamento e da argumentação. A interação verbal tem um papel essencial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pois permite a reorganização do pensamento e a assimilação de conceitos abstratos (Vygotsky, 2007). Nesse sentido, metodologias como a discussão em sala de aula, a resolução de problemas e os debates estruturados favorecem a internalização do conhecimento ao estimular a troca de perspectivas e a reflexão crítica dos alunos (Saccomani, 2014).

Além das metodologias colaborativas, a teoria vygotskiana também destaca a importância do uso de ferramentas culturais e tecnológicas na aprendizagem. Para Vygotsky (2001), a linguagem, a escrita e os símbolos matemáticos são instrumentos essenciais para a mediação do conhecimento, pois permitem que os indivíduos transcendam suas experiências imediatas e adquiram novos níveis de compreensão. No contexto contemporâneo, os recursos digitais, como plataformas educacionais, jogos interativos e ambientes virtuais de aprendizagem, assumem esse papel mediador, facilitando a construção do conhecimento e ampliando a ZDP dos estudantes (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2018).

As tecnologias educacionais podem ser utilizadas como suporte para o ensino, possibilitando que os alunos avancem de forma personalizada em seu aprendizado. Ambientes virtuais de aprendizagem, por exemplo, oferecem oportunidades para que os estudantes interajam entre si e com os conteúdos de forma dinâmica e adaptativa, permitindo uma mediação mais eficaz (Newton, 2013). Além disso, ferramentas como a gamificação e a inteligência artificial podem atuar como mediadores, fornecendo feedback imediato e ajustando os desafios às necessidades individuais dos alunos, potencializando seu desenvolvimento cognitivo (Duarte, 2013).

No entanto, para que a aplicação da teoria vygotskiana na educação seja eficaz, é fundamental que o papel do professor seja ressignificado. Longe de ser um mero transmissor de informações, o professor deve atuar como um mediador ativo do conhecimento, criando situações de aprendizagem que incentivem

a participação e o desenvolvimento dos alunos (Vygotsky, 1998). Isso exige um planejamento pedagógico que considere a ZDP de cada estudante e utilize estratégias diferenciadas para promover o aprendizado significativo (Saccomani, 2014). Dessa maneira, o ensino se torna um processo dinâmico e interativo, no qual o conhecimento é construído coletivamente e contextualizado às necessidades do grupo.

Diante dessas reflexões, as implicações da teoria sociocultural para a educação são amplas e reforçam a necessidade de um ensino que valorize a interação, a mediação e a colaboração. Ao reconhecer que o aprendizado ocorre por meio da troca de conhecimentos e do uso de ferramentas culturais, a abordagem vygotskiana transforma a sala de aula em um espaço de experimentação e descoberta, no qual os alunos não apenas absorvem informações, mas participam ativamente da construção do saber. Dessa forma, o modelo tradicional de ensino baseado na memorização cede lugar a práticas pedagógicas mais dinâmicas, que estimulam a autonomia, o pensamento crítico e a aprendizagem significativa (Duarte, 2013).

5. Desafios e Críticas à Aplicação da Teoria Vygotskiana

A teoria sociocultural de Vygotsky trouxe uma nova compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, enfatizando a importância da interação social e da mediação no processo educativo. No entanto, sua aplicação na prática pedagógica apresenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos está relacionado à interpretação equivocada dos conceitos vygotskianos, especialmente da mediação e da zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Muitas vezes, esses conceitos são aplicados de maneira reducionista, sem considerar a complexidade das relações entre ensino e desenvolvimento (Duarte, 2013).

Um dos equívocos mais comuns é a crença de que o professor deve intervir constantemente no aprendizado do aluno, impedindo sua autonomia. No en-

tanto, Vygotsky (1991) enfatiza que a mediação deve ser um processo ajustável, no qual o suporte oferecido ao aluno deve ser retirado gradualmente à medida que ele desenvolve maior independência. Essa perspectiva está alinhada com o conceito de scaffolding, que propõe um suporte temporário ao aprendizado, ajustado às necessidades do estudante e reduzido progressivamente conforme sua evolução (Saccomani, 2014). Quando esse princípio não é compreendido corretamente, corre-se o risco de criar um ambiente de dependência excessiva, no qual o aluno não desenvolve habilidades para resolver problemas de forma autônoma.

Outro desafio na aplicação da teoria vygotskiana está na dificuldade de adaptação às diferenças individuais dos alunos. A ZDP sugere que a aprendizagem deve ser impulsionada pela interação com outros sujeitos mais experientes, mas nem sempre os alunos progridem no mesmo ritmo ou têm acesso às mesmas oportunidades de mediação (Vygotsky, 2001). Em turmas numerosas, por exemplo, torna-se desafiador para o professor identificar a ZDP de cada aluno e oferecer suporte personalizado para seu desenvolvimento (Newton, 2013). Assim, há o risco de que alguns estudantes sejam deixados para trás ou, ao contrário, não sejam suficientemente desafiados.

Além disso, a teoria sociocultural muitas vezes não fornece diretrizes claras sobre como avaliar o aprendizado no contexto escolar. A avaliação tradicional, baseada em testes padronizados, mede principalmente o que o aluno já sabe, sem considerar sua capacidade de aprender com a mediação (Vygotsky, 1998). Isso contrasta com a proposta vygotskiana de uma avaliação dinâmica e processual, que busca identificar o potencial de desenvolvimento do estudante (Duarte, 2013). No entanto, a implementação desse modelo avaliativo exige mudanças significativas na estrutura educacional, o que nem sempre é viável dentro do sistema escolar tradicional.

Outro aspecto crítico refere-se à falta de formação adequada dos professores para aplicar os princípios vygotskianos de maneira eficaz. Embora a im-

portância da mediação e da interação social seja amplamente reconhecida, muitos educadores não possuem estratégias concretas para integrar esses conceitos ao seu planejamento pedagógico (Saccomani, 2014). O ensino colaborativo, por exemplo, requer uma organização cuidadosa das atividades para garantir que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento, em vez de apenas reproduzir informações. Sem uma formação adequada, corre-se o risco de reduzir a teoria vygotskiana a práticas superficiais, que não promovem mudanças reais na aprendizagem.

A introdução das novas tecnologias no ambiente educacional também representa um desafio na aplicação da teoria vygotskiana. Embora Vygotsky (2007) tenha enfatizado o papel das ferramentas culturais na mediação do conhecimento, ele não viveu em um contexto de digitalização do ensino. O uso de plataformas digitais, inteligência artificial e ambientes virtuais de aprendizagem levanta questões sobre como essas ferramentas podem atuar como mediadores eficazes da aprendizagem (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2018). Enquanto alguns pesquisadores argumentam que a tecnologia pode expandir a ZDP dos alunos, outros apontam que seu uso inadequado pode reforçar práticas passivas de ensino, sem promover uma interação significativa.

Outro ponto de crítica é a dificuldade de conciliar a abordagem vygotskiana com as demandas do ensino formal, que muitas vezes enfatiza a memorização e a reprodução de conteúdos. O modelo tradicional de ensino, baseado na transmissão de informações, está em desacordo com a visão de Vygotsky, que propõe um aprendizado mediado pela interação social e pela resolução de problemas (Newton, 2013). Essa discrepância faz com que muitas escolas adotem apenas parcialmente a teoria vygotskiana, sem realizar mudanças estruturais que realmente favoreçam o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Além disso, há debates sobre as limitações da teoria sociocultural no que se refere à criatividade e à inovação. Embora Vygotsky tenha discutido o papel da imaginação na aprendizagem, sua abordagem enfatiza a apropriação do

conhecimento culturalmente mediado, o que pode levar à impressão de que o aprendizado se restringe à internalização de saberes pré-existentes (Vygotsky, 2001). Para alguns críticos, isso pode limitar a valorização da criatividade individual e da produção de novos conhecimentos, aspectos que são cada vez mais relevantes na educação contemporânea (Duarte, 2013).

Outro desafio diz respeito à dificuldade de medir os efeitos da mediação e da ZDP no aprendizado. Enquanto abordagens comportamentais ou cognitivistas utilizam métricas claras para avaliar o progresso dos alunos, a teoria vygotskiana não oferece um modelo padronizado de avaliação (Vygotsky, 1998). Isso gera desafios tanto para pesquisadores quanto para professores, que precisam desenvolver formas alternativas de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes sem depender exclusivamente de testes formais (Saccomani, 2014).

A necessidade de contextualização cultural também é um fator que impacta a aplicação da teoria vygotskiana. Como Vygotsky desenvolveu sua teoria na União Soviética do início do século XX, algumas de suas ideias podem precisar de adaptações para diferentes realidades sociais e culturais (Vygotsky, 2009). Em contextos de grande desigualdade social, por exemplo, a mediação pode ser limitada pelo acesso desigual a recursos educacionais e pelo próprio contexto socioeconômico dos alunos (Newton, 2013). Assim, a implementação da teoria exige um olhar atento às especificidades culturais e estruturais de cada sistema educacional.

Por fim, um dos principais desafios da aplicação da teoria vygotskiana na educação é a necessidade de mudanças estruturais nas políticas educacionais. Para que a mediação e a interação social sejam realmente valorizadas, é essencial que as escolas ofereçam condições adequadas para um ensino colaborativo, incluindo turmas menores, formação continuada para professores e currículos mais flexíveis (Duarte, 2013). No entanto, muitas dessas mudanças dependem de políticas públicas e de investimentos em educação, o que nem sempre ocorre de maneira eficaz.

Diante desses desafios e críticas, a teoria sociocultural de Vygotsky continua sendo uma referência fundamental para a educação, mas sua implementação requer uma compreensão aprofundada de seus conceitos e uma adaptação às novas demandas do ensino. Embora sua ênfase na interação social e na mediação seja amplamente aceita, sua aplicação prática exige estratégias bem planejadas, formação docente qualificada e um ambiente educacional que favoreça a participação ativa dos alunos. Assim, para que a abordagem vygotskiana se traduza em mudanças reais na aprendizagem, é necessário superar os desafios e buscar formas inovadoras de integrar seus princípios ao contexto escolar contemporâneo.

6. Considerações Finais

Ao refletir sobre as implicações da teoria vygotskiana, percebe-se que um dos maiores desafios na educação contemporânea é garantir que a mediação ocorra de forma significativa, respeitando as diferenças individuais dos alunos. Nem sempre as condições da escola e da sala de aula favorecem um ensino personalizado, o que pode comprometer o potencial de aprendizado dos estudantes. Isso demonstra a necessidade de investir em estratégias pedagógicas que considerem a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem, além de oferecer suporte adequado para que os professores possam atuar como mediadores eficientes.

Outro ponto de reflexão diz respeito à relação entre a teoria vygotskiana e as novas tecnologias. A sociedade contemporânea exige que a educação acompanhe os avanços tecnológicos, mas isso nem sempre ocorre de forma planejada e intencional. A tecnologia pode atuar como uma ferramenta mediadora poderosa, ampliando as oportunidades de aprendizado e facilitando o acesso ao conhecimento. No entanto, sem uma abordagem pedagógica bem estruturada, há o risco de reforçar modelos de ensino tradicionais e centrados na transmissão de informações, em vez de explorar o potencial da interação e da colaboração que Vygotsky tanto destacou.

A formação docente também se mostra um fator crucial para a efetividade da teoria sociocultural na educação. O papel do professor, segundo Vygotsky, vai muito além da simples transmissão de conteúdos; ele é um mediador, responsável por criar ambientes de aprendizagem ricos e desafiadores. Para que essa mediação ocorra de maneira eficaz, é essencial que os professores compreendam a importância da ZDP e saibam como estimular a autonomia dos alunos. Isso exige formação contínua, espaços para troca de experiências e um olhar atento às especificidades de cada estudante.

Apesar dos desafios, a teoria de Vygotsky oferece um caminho promissor para tornar o ensino mais dinâmico, significativo e alinhado às necessidades do século XXI. Ao reconhecer que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas dentro de um contexto social e cultural, sua abordagem reforça a importância de práticas pedagógicas que incentivem o diálogo, a colaboração e o pensamento crítico. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, a valorização da interação social no processo de aprendizagem se torna ainda mais relevante.

Dessa forma, a educação baseada nos princípios vygotskianos não apenas amplia as possibilidades de aprendizado, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos e preparados para atuar na sociedade. Para que isso ocorra de maneira eficaz, é fundamental que as instituições de ensino, os professores e os gestores educacionais estejam abertos a inovar e adaptar suas práticas pedagógicas, sempre levando em consideração o papel essencial da interação social na construção do conhecimento.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as potencialidades e limitações da teoria de Vygotsky na prática educacional. Sua contribuição é inegável, mas sua aplicação exige um olhar cuidadoso para as especificidades de cada contexto de ensino. A aprendizagem mediada continua sendo um dos pilares para uma educação mais inclusiva e transformadora, e cabe a nós, enquanto educadores e pesquisadores, buscar maneiras de tornar esse processo cada vez mais efetivo e acessível a todos os estudantes.

Referências

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

DUARTE, N. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 19–29, 2013. DOI: 10.14572/nuances.v24i1.2150. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2150>. Acesso em: 23 jan. 2025.

NEWTON, P. **Aprendizagem e desenvolvimento: a perspectiva vygotskiana e suas implicações para a educação**. São Paulo: Cortez, 2013.

SACCOMANI, M. C. **Vygotsky e a educação: teoria e prática na sala de aula**. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAPÍTULO 3

JOHN DEWEY: EDUCAÇÃO PROGRESSISTA E APRENDIZAGEM PELA EXPERIÊNCIA

Ainat Magalhães Militão

Maurício Aires Vieira

Jarde Moisés Rodrigues Silva

Eric Klepton de Oliveira Benicio

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-3

Resumo: Neste capítulo, discutimos a filosofia educacional de John Dewey, que propôs uma abordagem baseada na experiência e na democracia. O objetivo é evidenciar como o pensamento progressista pode contribuir para a renovação das práticas educacionais. A discussão teórica foca na relação entre aprendizagem e experiência, no conceito de ensino problematizador e na necessidade de um currículo flexível e interdisciplinar. São analisadas também as implicações do pragmatismo educacional para o desenvolvimento do pensamento crítico. As considerações finais reforçam a relevância do ensino baseado na experiência e na participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, destacando o papel da escola como espaço democrático.

Palavras-chave: Pragmatismo, Educação Progressista, Aprendizagem Experiencial, Currículo Flexível.

1. Introdução

John Dewey foi um dos mais importantes filósofos e educadores do século XX, sendo amplamente reconhecido como o principal expoente da educação progressista. Sua obra consolidou-se a partir de uma visão pragmática da edu-

cação, enfatizando a importância da experiência como base para o aprendizado. Diferentemente do ensino tradicional, que priorizava a transmissão mecânica de conhecimento, Dewey propôs uma abordagem em que os alunos aprendem por meio da interação com o mundo, desenvolvendo habilidades críticas e reflexivas (Dewey, 1997).

A centralidade do conceito de experiência em sua filosofia educacional está vinculada à noção de que a aprendizagem deve ser ativa, dinâmica e contextualizada. Para Dewey (1938), não basta que os alunos absorvam informações de forma passiva; é fundamental que tenham a oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido em situações concretas, promovendo a construção significativa do saber. Assim, a escola torna-se um ambiente de experimentação e reflexão, onde o aprendizado ocorre por meio da participação ativa dos estudantes.

A crítica de Dewey à educação tradicional baseia-se na ideia de que a escola convencional enfatiza a memorização e a reprodução de conteúdos, sem permitir que os alunos desenvolvam autonomia intelectual. Ele argumenta que o conhecimento deve ser construído com base na experiência do aluno, em um processo contínuo de investigação e descoberta (Dewey, 1916). Essa visão foi fortemente influenciada pelo pragmatismo, corrente filosófica que defende que o conhecimento deve ser útil e aplicável à vida prática.

A educação progressista proposta por Dewey também está intrinsecamente ligada à noção de democracia. Ele acreditava que a escola deveria refletir os princípios democráticos, proporcionando um espaço onde os alunos pudessem expressar suas ideias, colaborar entre si e participar ativamente do processo educativo. Para ele, a democracia não era apenas um sistema político, mas um modo de vida que deveria ser cultivado desde cedo por meio da educação (Dewey, 1916). Dessa forma, o ambiente escolar deveria estimular a cooperação, o pensamento crítico e o respeito à diversidade.

Outro aspecto fundamental da proposta educacional de Dewey é a integração entre teoria e prática. Ele argumenta que a aprendizagem não deve ser dissociada da realidade dos alunos, mas, ao contrário, deve estar conectada a suas experiências e interesses cotidianos (Dewey, 1938). Para isso, defende um currículo flexível e interdisciplinar, no qual os alunos possam explorar diferentes áreas do conhecimento de forma integrada, desenvolvendo competências para a resolução de problemas.

A abordagem educacional de Dewey influenciou diretamente a criação de escolas-laboratório, nas quais os alunos aprendem por meio da experimentação e da investigação. Nessas escolas, o professor assume o papel de facilitador do aprendizado, guiando os alunos na construção do conhecimento em vez de simplesmente transmitir informações (Dewey, 1902). Esse modelo inspirou diversas reformas educacionais ao longo do século XX e continua a ser uma referência para metodologias ativas de ensino.

A aprendizagem pela experiência é um dos conceitos mais inovadores da teoria de Dewey e tem implicações diretas na prática pedagógica. Segundo ele, a escola deve proporcionar experiências enriquecedoras que ampliem o repertório dos alunos e favoreçam seu desenvolvimento intelectual e social (Dewey, 1938). No entanto, ele alerta que nem toda experiência é necessariamente educativa; para que uma experiência seja verdadeiramente formativa, ela deve promover crescimento e continuidade no processo de aprendizado.

Dewey também enfatiza a importância da interação social no processo educativo. Ele argumenta que o aprendizado ocorre de maneira mais significativa quando os alunos têm a oportunidade de compartilhar ideias, debater conceitos e trabalhar em equipe (Dewey, 1916). Essa visão aproxima-se das ideias de outros teóricos da educação, como Vygotsky, que também destacam o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo.

A relação entre educação e cidadania é outro elemento central na obra de Dewey. Ele defendia que a escola deveria preparar os alunos para participar ativamente da sociedade, desenvolvendo um senso de responsabilidade social e ética. Para ele, a educação não pode ser um processo isolado da realidade social e política; ao contrário, deve estar voltada para a formação de cidadãos críticos e engajados (Dewey, 1916).

Embora a teoria de Dewey tenha sido amplamente aceita e aplicada em diversos contextos educacionais, sua implementação enfrenta desafios. Um dos principais obstáculos é a dificuldade de romper com modelos tradicionais de ensino que ainda predominam em muitas escolas. Além disso, a adoção de metodologias baseadas na experiência requer uma formação docente específica, que nem sempre é disponibilizada de forma adequada (Mendonça, 2018).

Atualmente, as ideias de Dewey continuam influenciando práticas pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL) e o ensino por investigação. Essas abordagens refletem sua proposta de um ensino ativo, em que os alunos são incentivados a explorar, questionar e construir conhecimento de forma autônoma e colaborativa (Boto, 2006). Nesse sentido, a educação progressista mantém sua relevância, especialmente em um mundo cada vez mais dinâmico e interconectado.

Diante do exposto, este capítulo pretende explorar os principais conceitos da teoria educacional de John Dewey, analisando sua influência na prática pedagógica e suas implicações para o ensino contemporâneo. Serão abordados temas como a relação entre experiência e aprendizado, a importância da escola como um espaço democrático e os desafios da implementação da educação progressista. A partir dessa análise, busca-se compreender de que forma as ideias de Dewey podem contribuir para a construção de um ensino mais significativo, inclusivo e alinhado às demandas da sociedade atual.

2. Educação Progressista e a Construção do Conhecimento

A educação progressista, defendida por John Dewey, rompe com os modelos tradicionais de ensino ao enfatizar a aprendizagem como um processo ativo e experiencial. Diferentemente do ensino tradicional, que privilegia a transmissão de conhecimento de maneira mecânica e fragmentada, a proposta progressista valoriza a interação do aluno com o ambiente e a construção do conhecimento a partir da experiência. Dewey (1938, p. 25) argumenta que “a educação não é uma preparação para a vida; a educação é a própria vida”, destacando que o aprendizado deve ocorrer em contextos significativos e conectados à realidade dos estudantes.

A ideia central da educação progressista está na concepção da escola como um espaço dinâmico de experimentação e investigação. Para Dewey (1916), a escola deve funcionar como um laboratório de vivências, no qual os alunos possam explorar, testar hipóteses e solucionar problemas. Nesse sentido, o currículo não deve ser fixo e predeterminado, mas sim flexível e adaptável às necessidades dos estudantes, possibilitando que eles desenvolvam competências que possam ser aplicadas no dia a dia.

Outro aspecto fundamental da educação progressista é o papel da experiência na construção do conhecimento. Dewey (1938) diferencia dois tipos de experiências: as que promovem crescimento e continuidade no aprendizado e as que não contribuem para o desenvolvimento do indivíduo. Segundo o autor, “toda experiência verdadeira é um processo de interação entre o indivíduo e seu ambiente” (Dewey, 1938, p. 39). Assim, o aprendizado ocorre quando o aluno é exposto a situações desafiadoras que estimulam a reflexão e a experimentação.

O professor, dentro desse modelo educacional, não assume mais a posição de autoridade absoluta, mas se torna um facilitador da aprendizagem. Sua função é criar ambientes ricos em estímulos, nos quais os alunos possam explorar ideias e construir conhecimento de maneira colaborativa. Como destaca

Mendonça (2018, p. 112), “a mediação do professor é essencial para garantir que a experiência do aluno seja significativa e conduza ao desenvolvimento de novas habilidades e competências”.

A aprendizagem, portanto, deixa de ser um ato passivo e se transforma em um processo investigativo e ativo. Dewey (1916) enfatiza que os alunos devem aprender fazendo, participando ativamente das atividades e relacionando o conhecimento adquirido com suas vivências cotidianas. Ele argumenta que “a educação ocorre quando há um interesse genuíno, e não quando o aluno é forçado a absorver informações sem compreendê-las” (Dewey, 1916, p. 57).

Essa concepção progressista de ensino exige uma mudança no modelo de avaliação, que passa a focar no desenvolvimento das habilidades e no progresso individual do aluno. Avaliações tradicionais, baseadas apenas em testes padronizados, são vistas como limitadoras dentro da perspectiva de Dewey, pois não consideram o processo de aprendizagem, apenas o resultado final. Em vez disso, o autor propõe avaliações formativas, nas quais o desempenho do aluno é acompanhado continuamente e aprimorado por meio do feedback e da autoavaliação (Dewey, 1938).

A interdisciplinaridade é outro elemento central na concepção de Dewey sobre a educação progressista. Ele acreditava que o conhecimento não deveria ser compartimentalizado, mas sim integrado a diferentes áreas do saber. Segundo Dewey (1938, p. 74), “a fragmentação do ensino em disciplinas isoladas impede que o estudante compreenda as relações entre os diferentes campos do conhecimento e sua aplicação na vida prática”. Dessa forma, a aprendizagem se torna mais significativa, pois permite ao aluno perceber as conexões entre os conteúdos estudados.

O método de solução de problemas é uma das principais estratégias pedagógicas propostas por Dewey para tornar o aprendizado mais ativo e relevante. Ele argumenta que a escola deve estimular a capacidade de investigação dos alunos, incentivando-os a formular perguntas, levantar hipóteses e buscar

respostas por meio da experimentação. Como aponta Santos (2017, p. 98), “a educação progressista propõe que o aluno seja um agente ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades para resolver problemas reais e complexos”.

A diferença entre a educação tradicional e a progressista pode ser observada na maneira como cada uma concebe o papel do aluno. No modelo tradicional, o estudante é um receptor passivo do conhecimento, enquanto na educação progressista ele é um participante ativo no processo de aprendizagem. Essa mudança de perspectiva promove maior engajamento dos alunos e os incentiva a desenvolver autonomia intelectual e capacidade de reflexão crítica (Dewey, 1916).

Apesar das vantagens da educação progressista, sua implementação enfrenta desafios, especialmente em sistemas escolares rigidamente estruturados. Um dos principais obstáculos é a necessidade de reformulação dos currículos e das metodologias de ensino, para que possam atender à proposta de aprendizagem experiencial. Além disso, a formação docente precisa ser adaptada a essa nova abordagem, garantindo que os professores estejam preparados para atuar como mediadores do conhecimento (Mendonça, 2018).

Outro desafio da educação progressista está na resistência à mudança por parte das instituições educacionais e dos próprios professores. Como destaca Boto (2006, p. 135), “muitas escolas ainda seguem modelos tradicionais de ensino, baseados na repetição e na memorização, tornando difícil a implementação de um ensino mais dinâmico e voltado para a experiência”. Isso demonstra a necessidade de políticas educacionais que incentivem práticas inovadoras e metodologias ativas de ensino.

Diante dessas reflexões, a educação progressista, conforme proposta por Dewey, permanece um modelo essencial para a construção de um ensino mais significativo e democrático. Sua ênfase na experiência, na interdisciplinaridade e na solução de problemas continua sendo uma referência para as metodologias

educacionais contemporâneas. A aplicação dos princípios de Dewey nas escolas pode contribuir para um aprendizado mais envolvente, capaz de preparar os alunos para enfrentar os desafios do mundo moderno de forma crítica e autônoma.

3. Aprendizagem pela Experiência: O Papel do Ambiente Educacional

A teoria educacional de John Dewey destaca a experiência como elemento essencial no processo de aprendizagem. Para ele, o conhecimento não deve ser adquirido de maneira passiva, mas sim construído ativamente por meio da interação do indivíduo com o ambiente ao seu redor. Segundo Dewey (1938, p. 25), “a educação, para ser efetiva, deve estar baseada na experiência do aprendiz”, ressaltando que o aprendizado significativo ocorre quando os alunos vivenciam situações que lhes permitem explorar, testar e compreender conceitos de forma prática.

Dewey enfatiza que a experiência educativa não ocorre de forma isolada, mas sim como um processo contínuo de crescimento e desenvolvimento. Ele introduziu o conceito de continuidade e interação, que estabelece que uma experiência só pode ser considerada educativa quando proporciona um impacto positivo no desenvolvimento do aluno e prepara-o para experiências futuras mais complexas. Como afirma Dewey (1938, p. 35), “toda experiência genuína tem um efeito cumulativo e modifica a maneira como o indivíduo se relaciona com o mundo”. Dessa forma, a aprendizagem pela experiência não é apenas um evento isolado, mas parte de um processo de desenvolvimento progressivo.

Para que essa aprendizagem ocorra de maneira significativa, a escola deve ser concebida como um ambiente vivo, que favoreça a experimentação e a construção ativa do conhecimento. Dewey critica o modelo tradicional de ensino, que restringe os alunos a uma sala de aula estática, limitando suas interações ao professor e aos materiais didáticos convencionais. Ele propõe que

a escola seja organizada como uma comunidade interativa, onde os alunos tenham liberdade para explorar e interagir com diferentes elementos do ambiente escolar, promovendo um aprendizado mais dinâmico e contextualizado.

O currículo, dentro da concepção progressista de Dewey, deve ser flexível e adaptado às necessidades dos alunos. Em vez de uma estrutura rígida e padronizada, ele defende um currículo baseado na experiência, no qual o conhecimento não é fragmentado em disciplinas isoladas, mas sim integrado de forma interdisciplinar. Para Dewey (1938, p. 74), “a fragmentação do conhecimento impede que o aluno compreenda sua aplicação na vida cotidiana, tornando a aprendizagem uma tarefa mecânica e desprovida de significado”. Assim, o ensino deve ser organizado de maneira que os conteúdos façam sentido para os estudantes e possam ser aplicados em sua realidade.

A relação entre teoria e prática é outro ponto central na aprendizagem pela experiência. Dewey argumenta que os conceitos teóricos devem ser introduzidos aos alunos a partir de experiências concretas, para que possam ser assimilados de maneira significativa. Ele sugere que a aprendizagem deve envolver a experimentação ativa e a reflexão sobre os resultados obtidos, permitindo que os alunos estabeleçam conexões entre o conhecimento acadêmico e sua aplicação prática. Segundo Dewey (1916, p. 57), “o conhecimento só se torna real quando é aplicado e testado na prática, caso contrário, permanece abstrato e sem propósito”.

Dentro desse modelo, o método investigativo assume um papel fundamental. Em vez de apenas memorizar informações, os alunos devem ser incentivados a formular hipóteses, realizar experimentos e buscar soluções para problemas reais. Essa abordagem desenvolve habilidades críticas e criativas, preparando os estudantes para enfrentar desafios complexos ao longo de sua vida. Como destaca Santos (2017, p. 98), “o ensino baseado na investigação promove a autonomia intelectual e estimula a curiosidade, tornando o aprendizado mais motivador e envolvente”.

A participação ativa dos alunos na construção do conhecimento exige um ambiente educacional que favoreça o engajamento e a experimentação. Para Dewey, os alunos aprendem melhor quando estão envolvidos em projetos colaborativos, onde podem compartilhar ideias, discutir soluções e trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns. A aprendizagem experiencial favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como cooperação, empatia e resolução de conflitos, tornando a escola um espaço de formação integral dos indivíduos.

Nesse contexto, o papel do professor também se transforma. Em vez de ser um transmissor de informações, ele se torna um mediador do conhecimento, responsável por criar um ambiente de aprendizagem estimulante e desafiador. O professor deve facilitar o processo de descoberta dos alunos, auxiliando-os na formulação de perguntas e incentivando a busca por respostas. Como aponta Mendonça (2018, p. 112), “o professor desempenha um papel essencial na aprendizagem pela experiência, pois cabe a ele proporcionar condições para que os alunos explorem e construam seu próprio conhecimento”.

Apesar dos benefícios desse modelo educacional, a implementação da aprendizagem pela experiência enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a estrutura tradicional das escolas, que muitas vezes não proporciona espaços adequados para a experimentação. Além disso, a necessidade de atender a currículos fixos e avaliações padronizadas pode dificultar a adoção de metodologias mais flexíveis e baseadas na experiência. Como observa Boto (2006, p. 135), “a resistência à mudança no sistema educacional impede que práticas inovadoras sejam incorporadas de maneira ampla e efetiva”.

Outro desafio importante é garantir que o ensino experiencial esteja conectado ao mundo real e às demandas da sociedade. Dewey defendia que a escola não deve ser um espaço isolado, mas sim um ambiente que dialogue com as necessidades da comunidade e prepare os alunos para a vida em sociedade. Ele argumentava que a educação deve formar cidadãos ativos e críticos, capa-

zes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico. Como destaca Dewey (1916, p. 92), “a escola deve ser um reflexo da sociedade, proporcionando aos alunos oportunidades para desenvolver as habilidades necessárias para a participação cidadã”.

O impacto do ambiente educacional no desenvolvimento social e emocional dos alunos também deve ser considerado. A aprendizagem pela experiência não se limita apenas à aquisição de conhecimento acadêmico, mas também contribui para a formação de indivíduos mais autônomos, confiantes e preparados para enfrentar desafios. Um ambiente escolar que valoriza a experimentação e a interação promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais para a vida pessoal e profissional dos estudantes.

Diante dessas reflexões, fica evidente que a aprendizagem pela experiência representa um modelo educacional inovador e transformador. Ao proporcionar um ambiente rico em desafios e oportunidades para a experimentação, a escola pode se tornar um espaço verdadeiramente significativo para os alunos, preparando-os para os desafios do mundo moderno. A adoção dos princípios de Dewey na educação contemporânea pode contribuir para um ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às demandas da sociedade, promovendo um aprendizado mais significativo.

4. A Teoria Educacional de John Dewey

O pensamento de Dewey influenciou diretamente as reformas educacionais nos Estados Unidos e em outros países, promovendo uma abordagem pedagógica que valoriza a experiência, a participação ativa dos alunos e a conexão entre escola e sociedade. Ao defender que a aprendizagem ocorre por meio da interação do estudante com o ambiente e com outras pessoas, Dewey trouxe uma nova perspectiva para o ensino, desafiando os modelos tradicionais baseados na memorização e na passividade dos alunos.

Uma das principais implicações da teoria de Dewey para a educação contemporânea é a valorização da experiência no currículo escolar. Em vez de seguir um modelo rígido e conteudista, a escola deve proporcionar oportunidades para que os alunos apliquem os conhecimentos adquiridos em situações reais. Como Dewey (1938) destaca, o aprendizado deve estar vinculado à prática, pois somente assim os estudantes conseguem estabelecer relações significativas entre o conhecimento teórico e suas experiências cotidianas. Isso reforça a necessidade de um currículo mais flexível, que permita a exploração de temas interdisciplinares e favoreça a aprendizagem por meio da experimentação.

Outro aspecto essencial da abordagem progressista é a aprendizagem ativa, na qual os alunos deixam de ser receptores passivos e passam a ser protagonistas do próprio processo educativo. Em contraste com métodos tradicionais, que enfatizam a repetição de conteúdos, a educação progressista incentiva a investigação, a formulação de hipóteses e a resolução de problemas. Para Dewey (1916), esse tipo de aprendizado favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, preparando os estudantes para enfrentar desafios de forma mais eficiente e criativa.

O papel do professor também é redefinido dentro da perspectiva progressista. O docente deixa de ser um mero transmissor de conhecimento e passa a atuar como um mediador do aprendizado, criando ambientes que favoreçam a interação, a experimentação e a reflexão. Isso implica uma mudança no perfil do educador, que precisa estar preparado para lidar com metodologias ativas e adaptar-se às necessidades individuais dos alunos. Como enfatiza Mendonça (2018), a formação dos professores deve ser voltada para o desenvolvimento de competências que permitam a aplicação da teoria de Dewey em diferentes contextos educacionais.

A teoria de Dewey também dialoga com as metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL) e o ensino por investigação. Essas abordagens colocam os alunos no centro do processo educativo, incentivando-

-os a explorar diferentes fontes de informação, trabalhar em equipe e resolver problemas complexos. Segundo Santos (2017), a aprendizagem baseada em projetos permite que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas e socioemocionais, tornando-se mais preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

Além disso, a educação progressista defende a interdisciplinaridade no ensino, ou seja, a integração entre diferentes áreas do conhecimento para a construção de um aprendizado mais significativo. Para Dewey (1938), a fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas dificulta a compreensão dos alunos sobre a aplicabilidade dos conteúdos. Por isso, ele sugere um ensino que conecte diferentes saberes, promovendo uma visão mais ampla e contextualizada do mundo.

A avaliação da aprendizagem também precisa ser reformulada à luz da teoria de Dewey. Em vez de focar apenas em provas e testes padronizados, a avaliação formativa surge como uma alternativa mais eficaz para acompanhar o progresso dos alunos. Esse modelo de avaliação considera não apenas o desempenho final, mas também o processo de aprendizagem, permitindo que os professores identifiquem dificuldades e ajustem suas estratégias pedagógicas conforme necessário.

Entretanto, a implementação da educação progressista enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a resistência de instituições e educadores a mudanças nos métodos tradicionais de ensino. A adaptação dos currículos, a necessidade de formação contínua dos professores e a estruturação de ambientes escolares mais dinâmicos exigem investimentos e planejamento estratégico. Como observa Boto (2006), a transformação da educação requer não apenas novas metodologias, mas também uma mudança de mentalidade por parte dos gestores e dos próprios docentes.

Outro desafio é a adaptação da teoria de Dewey às novas tecnologias educacionais. O avanço das plataformas digitais e das ferramentas interativas

trouxe novas possibilidades para o ensino experiencial, permitindo que os alunos explorem diferentes contextos de aprendizado de maneira inovadora. No entanto, é fundamental que essas tecnologias sejam utilizadas como instrumentos que potencializem a aprendizagem, e não apenas como substitutos do ensino tradicional.

Por fim, a relação entre educação e democracia permanece como uma das principais contribuições da teoria de Dewey. Para ele, a escola deve ser um espaço de formação cidadã, onde os alunos aprendam a participar ativamente da sociedade e a respeitar a diversidade de opiniões. Essa visão reforça a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida em comunidade e para o fortalecimento da democracia.

5. Conclusão

A educação progressista proposta por Dewey reforça a necessidade de um ensino que valorize a experiência e a participação ativa dos alunos, promovendo um aprendizado significativo e conectado à realidade. Sua visão de escola como um espaço democrático e de formação cidadã também se mantém relevante, especialmente em um contexto social cada vez mais complexo e interconectado. A ideia de que a educação deve preparar os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, demonstra a atualidade do pensamento de Dewey.

No entanto, apesar das inúmeras contribuições de sua teoria, a implementação da educação progressista enfrenta desafios. A necessidade de transformar currículos, capacitar professores e adaptar as escolas a metodologias mais ativas são obstáculos que ainda precisam ser superados. Além disso, o uso de novas tecnologias na educação exige um planejamento cuidadoso, para que a aprendizagem experiencial seja ampliada sem comprometer a essência do ensino humanizado e colaborativo.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que a teoria de Dewey permanece indispensável para a evolução da educação. Seu legado inspira educadores e pesquisadores a repensar os métodos de ensino, buscando estratégias que tornem a aprendizagem mais envolvente, significativa e alinhada aos desafios da atualidade. Ao investir em práticas pedagógicas que promovam a experiência, a colaboração e o pensamento crítico, a educação pode se tornar um instrumento poderoso para a transformação social e para a construção de um futuro mais democrático e equitativo.

Referências

BOTO, C. John Dewey e a pedagogia da educação democrática. In: _____. **História da educação**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: uma introdução à filosofia da educação. São Paulo: Nacional, 1916.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

DEWEY, J. **O futuro da filosofia**. São Paulo: Unesp, 1997.

DEWEY, J. **A escola e a sociedade**. São Paulo: Edipro, 1902.

DEWEY, J. **A educação progressiva**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MENDONÇA, S. A pedagogia da experiência e sua aplicação no ensino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 72, p. 110-123, 2018.

SANTOS, M. O ensino por projetos na perspectiva de John Dewey. **Revista Educação Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 95-108, 2017.

CAPÍTULO 4

MARIA MONTESSORI: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A AUTONOMIA

Ainat Magalhães Militão

Milene Menezes Monteiro

Ana Paula da Cunha Nunes

Maurício Aires Vieira

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-4

Resumo: O presente capítulo revisita os princípios fundamentais da abordagem Montessori, que enfatiza a autonomia, a autoeducação e o ambiente preparado. O objetivo é compreender como a liberdade com responsabilidade pode favorecer o desenvolvimento infantil. São abordados também os pilares do método Montessori, incluindo o papel do professor como guia, a importância dos materiais sensoriais e a valorização do ritmo individual de aprendizagem. Destaca-se também as contribuições do método para a educação contemporânea, ressaltando sua aplicabilidade em diferentes contextos educacionais e sua influência na pedagogia moderna.

Palavras-chave: Autonomia, Autoeducação, Método Montessori, Aprendizagem Sensorial.

1. Introdução

Maria Montessori foi uma educadora, médica e pesquisadora que revolucionou a pedagogia ao desenvolver um método de ensino baseado na autonomia e no respeito ao ritmo de aprendizado das crianças. Seu trabalho teve início com crianças com deficiência intelectual, mas rapidamente demonstrou ser eficaz para o desenvolvimento de todas as crianças, independente de sua

condição (Montessori, 2020). Seu método, que enfatiza a liberdade dentro de um ambiente estruturado, segue princípios que buscam proporcionar à criança um espaço de aprendizagem ativa e significativa.

A pedagogia montessoriana propõe que a educação deve partir do interesse natural da criança, estimulando sua curiosidade e permitindo que ela explore o ambiente por meio da experimentação e da descoberta. Para Montessori (2017, p. 45), “a liberdade da criança não significa ausência de orientação, mas sim um ambiente estruturado que possibilite o desenvolvimento espontâneo do potencial infantil”. A abordagem defendida pela educadora se contrapõe aos modelos tradicionais de ensino, que enfatizam a transmissão de conteúdos de forma passiva e rígida.

O método Montessori fundamenta-se em três pilares essenciais: o ambiente preparado, os materiais sensoriais e o papel do educador como mediador do aprendizado. O ambiente é cuidadosamente organizado para permitir que a criança se mova livremente, escolha suas atividades e desenvolva sua autonomia. Os materiais, por sua vez, foram projetados para proporcionar experiências concretas que estimulem o aprendizado ativo e autônomo (Montessori, 2017).

Outro aspecto central da abordagem montessoriana é a ênfase na auto-educação. Segundo Montessori (2020), a criança é capaz de aprender por si mesma quando colocada em um ambiente propício e estimulante. Esse conceito rompe com a ideia tradicional de que o professor deve ser a principal fonte de conhecimento e propõe um modelo em que o educador atua como um facilitador do aprendizado.

No início do século XX, Maria Montessori implementou suas ideias na “Casa dei Bambini”, um espaço projetado para crianças pequenas que serviu como laboratório para a aplicação de seu método. O sucesso dessa experiência levou à disseminação do modelo Montessori em diversos países, influenciando práticas educacionais ao redor do mundo (Montessori, 2020). Atualmente, escolas montessorianas estão presentes em diversas partes do globo, demonstrando a aplicabilidade e a relevância de sua abordagem.

Um dos principais legados da pedagogia montessoriana é a valorização da autonomia infantil. Montessori acreditava que a educação deveria preparar as crianças não apenas para a vida acadêmica, mas também para a vida em sociedade. O desenvolvimento da independência, da capacidade de tomar decisões e da responsabilidade são elementos-chave desse modelo pedagógico (Montessori, 2017). Assim, a proposta montessoriana se alinha a perspectivas contemporâneas que enfatizam a importância das competências socioemocionais na formação dos indivíduos.

Além da autonomia, o método Montessori incentiva o respeito ao ritmo de aprendizagem de cada criança. Diferente dos modelos convencionais, nos quais os alunos seguem um currículo padronizado, a abordagem montessoriana permite que cada criança avance conforme sua maturidade e interesse. Como destaca Duarte (2014), “o ensino montessoriano respeita o tempo da criança, oferecendo-lhe um ambiente onde ela pode aprender de forma natural e espontânea”.

Outro ponto fundamental do método é o conceito de “períodos sensíveis”, que são fases específicas do desenvolvimento infantil em que a criança apresenta maior receptividade para determinados aprendizados. Montessori (2021) identificou que, ao respeitar esses períodos, a aprendizagem ocorre de forma mais fluida e significativa. Esse princípio reforça a ideia de que a educação deve ser adaptada às necessidades individuais, permitindo que cada aluno desenvolva seu potencial ao máximo.

A relação entre movimento e aprendizado também é um elemento central no método Montessori. Para a educadora, o desenvolvimento motor está intimamente ligado ao desenvolvimento cognitivo e emocional. Atividades práticas, como manipulação de objetos e interação com o ambiente, são incentivadas para fortalecer a aprendizagem (Piccoli, 2021). Esse princípio tem sido corroborado por pesquisas contemporâneas em neurociência, que demonstram a importância do aprendizado experiencial para a consolidação do conhecimento.

Atualmente, a abordagem montessoriana continua influenciando práticas educacionais em diversos contextos. Além das escolas específicas que seguem o método Montessori, muitos princípios dessa pedagogia têm sido incorporados em instituições tradicionais, especialmente no que se refere à valorização da autonomia e da aprendizagem ativa (Zonta, 2024). Com o avanço das tecnologias educacionais, há também novas possibilidades de adaptação do método para a era digital, ampliando suas aplicações no ensino contemporâneo.

Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo apresentar os principais fundamentos do método Montessori e suas implicações para a educação. Serão discutidos os conceitos centrais dessa abordagem, o papel do ambiente preparado, a importância dos materiais sensoriais e a função do professor na mediação do aprendizado. Além disso, analisaremos como a pedagogia montessoriana pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade das crianças, bem como os desafios e críticas à sua aplicação no contexto educacional atual.

2. Os Princípios Fundamentais do Método Montessori

O método Montessori propõe uma abordagem centrada na criança, enfatizando sua autonomia e capacidade inata de aprendizado. Para Montessori (2017), a criança deve ser protagonista do próprio processo educativo, desenvolvendo independência e senso de responsabilidade desde cedo. Esse princípio se baseia na crença de que o aprendizado ocorre de forma mais significativa quando o aluno tem liberdade para explorar, descobrir e construir conhecimento de maneira ativa, ao invés de ser um mero receptor passivo de informações.

Um dos aspectos fundamentais dessa pedagogia é o respeito ao ritmo individual da criança. Diferente do modelo tradicional, onde o currículo é rigidamente estruturado e impõe um mesmo tempo de aprendizagem para todos, Montessori (2020) defende que cada criança possui seu próprio ritmo de desenvolvimento. Ela argumenta que a aprendizagem não deve ser acelerada ou

forçada, pois “o verdadeiro aprendizado acontece quando a criança está pronta para absorver o conhecimento, e não quando lhe é imposto um conteúdo sem que haja interesse” (Montessori, 2020, p. 92).

Outro princípio central do método Montessori é o conceito de autoeducação, no qual a criança aprende a partir da sua interação com o ambiente e os materiais, sem depender exclusivamente das instruções do professor. Montessori (2019, p. 56) enfatiza que “o professor não deve ser o centro da sala de aula, mas sim um guia que observa, incentiva e respeita o ritmo de aprendizado de cada criança”. Isso significa que o educador atua como um facilitador, preparando um ambiente adequado para a exploração, mas permitindo que o aluno descubra por conta própria soluções para os desafios apresentados.

Nesse contexto, o ambiente preparado assume um papel crucial na aprendizagem montessoriana. A disposição dos móveis, a organização dos materiais e a acessibilidade dos recursos educacionais são cuidadosamente planejadas para estimular a autonomia da criança (Piccoli, 2021). Todos os materiais são dispostos de forma a permitir que os alunos possam pegá-los sem a ajuda de um adulto, promovendo o desenvolvimento da independência e da autodisciplina. Montessori (2021) afirma que “um ambiente cuidadosamente estruturado e enriquecedor é o primeiro professor da criança, pois fornece estímulos adequados ao seu estágio de desenvolvimento”.

A pedagogia montessoriana também valoriza a relação entre movimento e aprendizado. Para Montessori (2017, p. 78), “o movimento é essencial para a aprendizagem, pois fortalece a conexão entre o cérebro e o corpo, tornando a experiência educacional mais concreta”. Diferente das salas de aula convencionais, onde os alunos devem permanecer sentados durante longos períodos, no método Montessori as crianças são incentivadas a se movimentar livremente e a explorar os materiais sensoriais, que auxiliam no desenvolvimento motor e cognitivo.

Outro princípio essencial do método é a liberdade com responsabilidade. As crianças têm autonomia para escolher suas atividades e decidir quanto tempo dedicar a cada tarefa, mas devem respeitar as regras do ambiente e os colegas. Essa abordagem ajuda a desenvolver autodisciplina e senso de cooperação. Montessori (2020) explica que “dar liberdade sem responsabilidade resulta em caos, mas oferecer autonomia dentro de um ambiente estruturado leva à construção de indivíduos mais conscientes e responsáveis”.

A aprendizagem multissensorial também é um dos pilares do método Montessori. Os materiais utilizados nas salas de aula são projetados para estimular diferentes sentidos, permitindo que as crianças explorem conceitos de forma prática. Por exemplo, o aprendizado da matemática não se limita a números abstratos, mas envolve a manipulação de objetos concretos, como barras e contas coloridas, que ajudam na compreensão dos conceitos numéricos (Montessori, 2018). Esse método sensorial facilita a internalização do conhecimento e favorece a aprendizagem ativa.

O método Montessori também promove a socialização e o aprendizado em comunidade. Em suas salas de aula, crianças de diferentes idades compartilham o mesmo ambiente, permitindo que os mais novos aprendam com os mais velhos e vice-versa. Esse modelo fortalece a cooperação, a empatia e o respeito mútuo. Como enfatiza Zonta (2024), o aprendizado interativo proporciona um ambiente de ensino colaborativo, onde cada indivíduo se sente parte ativa da construção do conhecimento.

A concentração e o foco são habilidades trabalhadas no método Montessori desde cedo. As atividades propostas estimulam a atenção plena e permitem que as crianças desenvolvam a capacidade de se dedicar a uma tarefa por longos períodos sem interrupções. Montessori (2017, p. 103) destaca que “o verdadeiro aprendizado ocorre quando a criança está completamente envolvida em uma atividade que lhe interessa e lhe oferece desafios adequados”. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da paciência e da persistência.

Outro princípio essencial da abordagem montessoriana é a valorização da experimentação e do erro como parte do aprendizado. Diferente do ensino tradicional, onde os erros são vistos como falhas a serem evitadas, Montessori considera os erros como oportunidades de aprendizado. Segundo a educadora, “a criança deve ser encorajada a explorar e a corrigir seus próprios erros, pois isso fortalece sua autoconfiança e sua capacidade de resolver problemas de forma independente” (Montessori, 2021, p. 87).

Por fim, a relação entre liberdade e disciplina no método Montessori mostra que a autonomia não significa ausência de regras, mas sim o desenvolvimento da autodisciplina por meio da prática e da experiência. Montessori (2018, p. 112) explica que “quando a criança é incentivada a tomar decisões e a arcar com as consequências de suas escolhas, ela aprende a se autorregular e a respeitar o ambiente e os outros”. Essa abordagem prepara os alunos para lidar com desafios e tomar decisões responsáveis ao longo da vida.

Dessa forma, os princípios montessorianos oferecem uma abordagem inovadora e transformadora para a educação. Ao respeitar o ritmo de aprendizado, valorizar a experiência prática e promover a autonomia, o método Montessori se destaca como uma alternativa eficaz para o desenvolvimento integral da criança. Seu impacto continua relevante na educação contemporânea, influenciando práticas pedagógicas ao redor do mundo e desafiando os modelos tradicionais de ensino.

3. Implicações para a Educação

Segundo a pedagogia montessoriana, a educação é um processo que respeita o desenvolvimento espontâneo da criança, permitindo-lhe aprender de maneira independente”. Essa concepção desafia os métodos tradicionais e propõe uma nova visão sobre o papel da escola na formação do indivíduo.

Um dos principais impactos do método Montessori na educação é a valorização da autonomia e do aprendizado ativo. Diferente da abordagem tradi-

cional, onde os alunos dependem do professor para acessar o conhecimento, no modelo montessori a criança assume um papel ativo na construção do seu próprio aprendizado. Como explica Montessori (2019, p. 74), “a verdadeira educação ocorre quando a criança tem liberdade para explorar, errar e corrigir-se, sem a necessidade de intervenção constante do adulto”. Esse princípio reforça a importância de proporcionar ambientes onde os estudantes possam desenvolver independência e responsabilidade sobre suas escolhas.

O método Montessori também transforma o papel do professor, que deixa de ser um transmissor de conteúdos e passa a atuar como um mediador do conhecimento. O educador montessoriano observa o progresso da criança, auxilia na escolha das atividades e intervém apenas quando necessário. Segundo Montessori (2020, p.112), “o professor deve ser um guia discreto, permitindo que a criança construa seu próprio conhecimento através da experiência direta”. Essa mudança no papel do docente contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos, preparando-os para enfrentar desafios de forma independente.

Outro ponto essencial da pedagogia montessoriana é o reconhecimento da influência do ambiente e dos materiais na aprendizagem. No método Montessori, o espaço educativo é projetado para atender às necessidades das crianças, garantindo acessibilidade e organização. Os materiais são dispostos de maneira a estimular a curiosidade e incentivar a exploração autônoma (Piccoli, 2021). Esse modelo de ambiente estruturado contribui para a criação de um espaço onde a criança pode se concentrar e desenvolver suas habilidades de forma natural e progressiva.

A interdisciplinaridade e a aprendizagem significativa são princípios fundamentais do método Montessori, que prioriza a conexão entre diferentes áreas do conhecimento. Ao invés de tratar as disciplinas de forma isolada, Montessori propõe uma abordagem holística, na qual a criança percebe as relações entre os conteúdos estudados. De acordo com Zonta (2024), o aprendizado torna-se

mais efetivo quando há a possibilidade de aplicação prática no âmbito da vida cotidiana. Esse modelo permite que os estudantes desenvolvam um pensamento mais crítico e integrado.

A possibilidade de adaptação do método Montessori para escolas tradicionais tem sido amplamente discutida. Apesar de a abordagem montessoriana ser mais comumente aplicada em escolas especializadas, muitos de seus princípios podem ser incorporados em instituições convencionais. A organização do ambiente, a promoção da autonomia dos alunos e a utilização de materiais manipulativos são estratégias que podem ser implementadas mesmo em modelos de ensino mais estruturados (Montessori, 2018). No entanto, a transição para um ensino mais ativo e centrado no aluno exige mudanças significativas na formação dos professores e na estrutura curricular.

A pedagogia montessoriana também apresenta similaridades com metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL) e o ensino por investigação. Essas abordagens compartilham o princípio de que a criança deve ser incentivada a explorar e a resolver problemas de maneira autônoma, em vez de apenas receber instruções passivamente. Para Montessori (2017, p.178), “a criança aprende melhor quando tem a oportunidade de experimentar, questionar e refletir sobre o conhecimento adquirido”. Esse princípio fortalece o pensamento crítico e prepara os alunos para a resolução de desafios complexos.

Outro impacto significativo do método Montessori é seu efeito positivo no desenvolvimento socioemocional das crianças. A ênfase na autonomia e na autodisciplina ajuda os alunos a desenvolverem habilidades interpessoais, como empatia, cooperação e respeito ao outro. De acordo com Montessori (2019, p.154), “o ambiente montessoriano ensina a criança a conviver em harmonia com seus pares, estimulando a colaboração e a responsabilidade coletiva”. Esse aspecto da pedagogia montessoriana se mostra essencial para a formação de indivíduos mais preparados para a vida em sociedade.

Apesar de ser mais comumente aplicado na educação infantil, o método Montessori também pode ser utilizado no ensino fundamental e médio. Algumas escolas adaptaram seus princípios para alunos mais velhos, promovendo o aprendizado autodirigido e a pesquisa independente. Como aponta Montessori (2020), “os princípios da pedagogia montessoriana são aplicáveis a todas as idades, pois respeitam o desenvolvimento natural do ser humano em qualquer fase da vida” (p. 172). Esse modelo incentiva a autonomia dos estudantes e os prepara para desafios acadêmicos e profissionais futuros.

A educação montessoriana tem um impacto profundo na formação de cidadãos críticos e autônomos. Ao oferecer um ambiente que valoriza a independência, a curiosidade e a experimentação, o método Montessori estimula as crianças a se tornarem adultos confiantes e preparados para a tomada de decisões (Montessori, 2018). Essa abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais participativa e inovadora, onde os indivíduos possuem um maior senso de responsabilidade e iniciativa.

Entretanto, a implementação do modelo Montessori em larga escala ainda enfrenta desafios. O alto custo dos materiais, a necessidade de formação específica para os professores e a resistência de alguns setores educacionais dificultam sua ampla adoção (Zonta, 2024). Além disso, o modelo tradicional de ensino, baseado em currículos rígidos e avaliações padronizadas, muitas vezes entra em conflito com a flexibilidade proposta pela abordagem montessoriana. Essas barreiras exigem adaptações e um esforço contínuo para que seus princípios sejam incorporados de maneira eficaz no sistema educacional convencional.

Dessa forma, a pedagogia montessoriana continua sendo uma das abordagens educacionais mais inovadoras e eficazes. Seus princípios de autonomia, aprendizado ativo e respeito ao desenvolvimento infantil podem transformar a maneira como ensinamos e aprendemos. Embora sua implementação ainda enfrente desafios, seus benefícios são inegáveis, tornando o método Montessori uma referência essencial para aqueles que buscam um ensino mais humanizado, significativo e voltado para o futuro.

4. Desafios e Críticas à Aplicação da Teoria Montessoriana

Apesar dos inúmeros benefícios do método Montessori, sua implementação em larga escala ainda enfrenta desafios estruturais, financeiros e culturais. Para Montessori (2018), diferente dos modelos tradicionais, a abordagem montessoriana exige uma reorganização completa do espaço escolar, da metodologia e do papel do professor, o que torna sua adoção mais complexa. Além disso, muitas escolas não possuem infraestrutura adequada para a aplicação integral do método, o que leva a adaptações que podem comprometer sua eficácia. Como destaca Zonta (2024, p.78), “a fidelidade ao método Montessori requer uma mudança profunda na estrutura da escola e na formação dos educadores, o que nem sempre é viável em sistemas educacionais convencionais”.

Outro desafio relevante é o alto custo dos materiais e da formação docente, que dificulta a implementação do método, especialmente em escolas públicas. Os materiais montessorianos, desenvolvidos para estimular a aprendizagem sensorial e a autonomia, são produzidos com rigor técnico e qualidade, o que eleva seus custos (Montessori, 2017). Além disso, os professores precisam passar por uma formação específica para aplicar corretamente a metodologia, o que representa um investimento financeiro significativo. Isso faz com que muitas instituições adotem apenas alguns elementos do método, sem aplicá-lo integralmente, o que pode gerar distorções na prática pedagógica (Piccoli, 2021).

A adaptação do método Montessori para escolas tradicionais também apresenta desafios, especialmente no que diz respeito à organização do tempo e à forma de avaliação. Enquanto no ensino convencional há um currículo rígido e avaliações padronizadas, a pedagogia montessoriana enfatiza o aprendizado autônomo e contínuo, sem imposição de prazos ou notas fixas. Esse modelo pode entrar em conflito com as exigências institucionais, dificultando sua aplicação em larga escala (Montessori, 2019). Além disso, algumas escolas que tentam incorporar elementos do método encontram dificuldades para equilibrar

a liberdade do aluno com a necessidade de cumprir as diretrizes educacionais impostas pelo governo (Zonta, 2024).

Um dos pontos mais debatidos no método Montessori é a questão da liberdade na aprendizagem. Enquanto alguns educadores veem a autonomia oferecida aos alunos como um fator positivo, críticos argumentam que essa liberdade excessiva pode comprometer a disciplina e a adaptação dos estudantes a ambientes mais estruturados, como universidades e locais de trabalho (Montessori, 2020). Para alguns especialistas, a ausência de imposição de regras rígidas pode dificultar o desenvolvimento da resiliência e da capacidade de lidar com desafios que exigem maior disciplina e controle externo (Piccoli, 2021). No entanto, defensores do método afirmam que a autodisciplina, quando bem desenvolvida desde a infância, torna os alunos mais responsáveis e confiantes.

Outro ponto de crítica está relacionado às limitações no ensino de conteúdos acadêmicos mais complexos. Algumas análises sugerem que o método Montessori, por priorizar a exploração individual e a aprendizagem concreta, pode não preparar adequadamente os alunos para avaliações formais, como vestibulares e exames padronizados (Montessori, 2018). Além disso, o modelo de ensino baseado na experimentação pode apresentar dificuldades para lidar com disciplinas altamente teóricas, como matemática avançada e ciências abstratas. No entanto, pesquisas indicam que, quando aplicado corretamente, o método Montessori pode oferecer bases sólidas para a construção do pensamento crítico e para a adaptação a desafios mais complexos (Zonta, 2024).

A falta de padronização na implementação do método Montessori também gera questionamentos. Diferente de modelos educacionais estruturados por um currículo nacional, o método Montessori é aplicado de maneiras diferentes em cada instituição, o que pode gerar variações na qualidade do ensino (Montessori, 2019). Além disso, há desafios na adaptação do método para o ensino médio e superior, já que a pedagogia montessoriana foi originalmente desenvolvida para crianças pequenas. Apesar de existirem adaptações para ní-

veis mais avançados, sua aplicação nesses contextos ainda não é amplamente difundida, o que levanta dúvidas sobre sua viabilidade para todas as faixas etárias (Piccoli, 2021).

Outro desafio relevante é a resistência por parte dos pais e da sociedade à abordagem montessoriana. Muitas famílias estão acostumadas ao modelo tradicional de ensino e podem questionar a eficácia de uma educação sem provas, sem cadeiras organizadas em fileiras e sem um currículo rigidamente estruturado (Montessori, 2020). Além disso, alguns pais temem que a flexibilidade do método possa prejudicar a inserção dos filhos no mercado de trabalho, onde estruturas hierárquicas e prazos rígidos são predominantes (Zonta, 2024). No entanto, pesquisas mostram que alunos que passaram por uma educação montessoriana desenvolvem maior autonomia, criatividade e capacidade de adaptação, qualidades cada vez mais valorizadas no mundo profissional (Piccoli, 2021).

Dessa forma, embora apresente desafios e críticas, a pedagogia montessoriana continua sendo uma das abordagens mais inovadoras e eficazes no campo da educação. A necessidade de mudanças estruturais, os custos elevados e a adaptação para contextos convencionais são barreiras que dificultam sua implementação em larga escala. No entanto, seus benefícios na formação da autonomia, da criatividade e da capacidade crítica dos alunos tornam esse método uma alternativa pedagógica altamente relevante. Para que sua aplicação seja mais ampla, é necessário um esforço conjunto de educadores, gestores e políticas públicas que viabilizem sua adoção em diferentes contextos educacionais.

5. Conclusão

A pedagogia montessoriana representa uma abordagem educacional inovadora que valoriza a autonomia, o aprendizado ativo e a construção do conhecimento de forma significativa. Ao permitir que a criança explore livremente um ambiente preparado, com materiais estruturados e acessíveis, o método Montessori contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como

independência, responsabilidade e pensamento crítico. O papel do professor como mediador reforça a importância da aprendizagem baseada na experimentação, no respeito ao ritmo individual e na busca pela descoberta, promovendo uma relação mais equilibrada entre ensino e aprendizagem.

Entretanto, a implementação dessa metodologia em larga escala ainda enfrenta desafios. O alto custo dos materiais específicos, a necessidade de formação especializada dos professores e a resistência de algumas instituições ao modelo diferenciado dificultam sua aplicação em sistemas tradicionais de ensino. Além disso, existem questionamentos sobre a adaptação do método para contextos que exigem maior estruturação e avaliações padronizadas, como o ensino médio e o mercado de trabalho. Essas barreiras exigem adaptações que permitam a incorporação dos princípios montessorianos em diferentes realidades educacionais.

Mesmo diante dessas dificuldades, a pedagogia montessoriana continua a influenciar significativamente as práticas pedagógicas contemporâneas. Seu foco na autonomia e na aprendizagem significativa oferece caminhos para repensar o ensino tradicional, tornando-o mais centrado no aluno e alinhado às demandas do século XXI. Muitas escolas, mesmo sem adotá-lo integralmente, têm incorporado elementos do método, como o ensino por projetos, a valorização da experimentação e a flexibilização dos espaços de aprendizagem.

Dessa forma, o legado de Maria Montessori segue relevante e inspirador. Sua metodologia reforça a necessidade de um ensino mais humanizado, onde o aluno é protagonista do próprio processo educativo e desenvolve competências que vão além do aprendizado acadêmico. Para que seus princípios sejam amplamente aplicados, é essencial um esforço coletivo para superar desafios estruturais e garantir que mais crianças tenham acesso a uma educação que respeite suas individualidades e potencialize seu desenvolvimento integral.

Referências

MONTESORI, Maria. **A criança**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MONTESORI, Maria. **O método da pedagogia científica aplicado à educação infantil**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

MONTESORI, Maria. **Educação para um mundo novo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

MONTESORI, Maria. **Mente absorvente**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

MONTESORI, Maria. **Educação e paz**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021.

PICCOLI, Andréa. A aplicação do método Montessori na educação infantil e seus impactos no desenvolvimento cognitivo e emocional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 2, p. 145-163, 2021.

ZONTA, Cláudia. Desafios e possibilidades da pedagogia montessoriana na contemporaneidade. **Revista de Práticas Pedagógicas**, v. 10, n. 3, p. 75-92, 2024.

APOSTILA MONTESORI. **Fundamentos do método Montessori e sua aplicabilidade**. São Paulo: Instituto Montessori, 2020.

CAPÍTULO 5

O BEHAVIORISMO DE SKINNER E A APRENDIZAGEM POR REFORÇO

Ainat Magalhães Militão

Ícaro Jael Mendonça Moura

Daiane Fabrício dos Santos

Ana Luiza Miranda dos Santos Neves

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-5

Resumo: Este capítulo examina o behaviorismo skinneriano e sua influência na prática educacional, enfatizando o condicionamento operante como um dos principais mecanismos de aprendizagem. O objetivo é compreender como o reforço positivo e negativo, a modelagem do comportamento e o feedback imediato contribuem para a modificação e manutenção de comportamentos no ambiente escolar. Além da base teórica do behaviorismo, são discutidas suas aplicações na gestão da sala de aula, incluindo o ensino programado, a aprendizagem baseada em tentativa e erro, o reforço intermitente e o impacto das tecnologias educacionais na personalização do ensino. A análise também aborda as principais críticas ao behaviorismo, como sua visão mecanicista da aprendizagem, a falta de consideração pelos processos cognitivos internos e os desafios da motivação intrínseca. Apesar dessas limitações, a abordagem behaviorista continua influenciando a educação contemporânea, sendo incorporada a metodologias híbridas que combinam princípios behavioristas com abordagens construtivistas e sociocognitivas. Por fim, ressalta-se a importância de um uso consciente das estratégias behavioristas, garantindo um equilíbrio entre o controle do comportamento e o desenvolvimento da autonomia e criatividade dos estudantes.

Palavras-chave: Behaviorismo, Condicionamento Operante, Reforço Positivo, Modelagem do Comportamento.

1. Introdução

Desenvolvido a partir dos estudos de John B. Watson no início do século XX, o behaviorismo teve em Burrhus Frederic Skinner um de seus principais expoentes. A partir da teoria do condicionamento operante, Skinner aprofundou a análise do comportamento, propondo que os indivíduos aprendem por meio das consequências de suas ações, sendo reforçados ou punidos de acordo com os resultados de seus comportamentos (Skinner, 2005). Essa teoria teve grande impacto na educação, influenciando desde práticas pedagógicas até modelos de ensino programado (Moroz, 2012).

A teoria behaviorista parte do pressuposto de que o aprendizado ocorre através de interações entre o sujeito e o ambiente, sem necessidade de recorrer a processos mentais internos para explicá-lo (Henklain; Carmo, 2013). Para Skinner, o comportamento humano pode ser moldado por estímulos e consequências, o que permite um planejamento eficaz do ensino. Dessa forma, a aprendizagem pode ser sistematicamente incentivada por meio do reforço, sendo este positivo, quando há a introdução de estímulos agradáveis, ou negativo, quando ocorre a remoção de estímulos aversivos (Braga et al., 2020).

O conceito central do behaviorismo radical de Skinner é o condicionamento operante, que difere do condicionamento clássico de Pavlov¹. No condicionamento operante, um comportamento é seguido por uma consequência, o que aumenta ou diminui a probabilidade de sua repetição. Skinner demonstrou isso através de experimentos com animais, como os realizados em sua famosa

¹ O condicionamento clássico ou pavloviano foi desenvolvido pelo fisiologista russo Ivan Pavlov a partir de experimentos com cães. Pavlov percebeu que os animais começavam a salivar não apenas ao verem a comida, mas também ao ouvirem sons que antecederiam a alimentação. Com base nesses experimentos, ele formulou o conceito de estímulo condicionado, no qual um estímulo originalmente neutro (como um som) passa a evocar uma resposta reflexa após ser repetidamente associado a um estímulo incondicionado (como a comida). Esse tipo de aprendizado ocorre quando um organismo estabelece uma relação automática entre dois estímulos, sem que haja necessidade de reforços posteriores (Henklain; Carmo, 2013).

“Caixa de Skinner”, onde os organismos aprendiam a emitir respostas específicas mediante reforços sistemáticos (Henklain; Carmo, 2013).

A aplicação do behaviorismo na educação se dá, sobretudo, por meio da organização das contingências de ensino, onde o professor pode estruturar o ambiente de aprendizagem para promover comportamentos desejados e minimizar aqueles indesejados. Estratégias como ensino programado, aprendizagem sem erros e reforço intermitente são amplamente utilizadas para otimizar o ensino e garantir que o aprendizado ocorra de maneira progressiva e eficaz (Carmo, 2012).

Além disso, o behaviorismo influenciou diretamente a implementação de sistemas de ensino baseados em objetivos bem definidos e mensuráveis. A ideia de que o professor deve reforçar comportamentos positivos para estimular a aprendizagem continua sendo amplamente utilizada, especialmente em métodos de ensino individualizado e adaptativo (Braga et al., 2020). Programas educacionais, como os utilizados em algumas redes públicas no Brasil, demonstram como os princípios behavioristas ainda são aplicados na atualidade, embora muitas vezes com adaptações para diferentes contextos (Rocha et al., 2023).

Por outro lado, a abordagem behaviorista na educação não está isenta de críticas. Muitos teóricos argumentam que a ênfase na manipulação de reforços pode reduzir a autonomia do aluno e limitar seu papel como agente ativo na construção do conhecimento. Críticos também apontam que o behaviorismo ignora fatores cognitivos e emocionais envolvidos no aprendizado, focando apenas no que pode ser observado e mensurado (Skinner, 1978; Henklain; Carmo, 2013).

Apesar dessas críticas, o behaviorismo ainda desempenha um papel crucial na educação, especialmente em abordagens voltadas para a personalização do ensino e no desenvolvimento de tecnologias educacionais. Plataformas digitais, por exemplo, utilizam algoritmos baseados em reforço para promover

a aprendizagem adaptativa, ajustando o nível de dificuldade de acordo com o desempenho do estudante (Moroz, 2012).

A aplicação dos princípios behavioristas no ambiente escolar pode ser observada em práticas que incentivam a motivação dos alunos por meio de recompensas e feedbacks imediatos. Estudos mostram que alunos que recebem reforço positivo por bom desempenho tendem a manter o engajamento e apresentar maior persistência diante de desafios acadêmicos (Braga et al., 2020).

A modelagem do comportamento e o uso do reforço são amplamente utilizados no ensino de habilidades sociais e comportamentais, especialmente em contextos de educação inclusiva. Crianças com dificuldades de aprendizagem ou com transtornos do espectro autista, por exemplo, frequentemente se beneficiam de estratégias baseadas em reforçamento positivo para adquirir novas habilidades e adaptar-se ao ambiente escolar (Rocha et al., 2023).

Neste capítulo, serão explorados os princípios fundamentais do behaviorismo de Skinner e suas implicações para a prática educacional. Primeiramente, serão discutidos os conceitos de condicionamento operante, reforço e punição, analisando seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Em seguida, será abordada a aplicação dessas ideias no ambiente escolar, destacando as contribuições e desafios do behaviorismo para a educação contemporânea. Por fim, serão examinadas as críticas a essa abordagem e possíveis integrações com outras teorias pedagógicas.

Ao compreender os fundamentos do behaviorismo e suas aplicações na educação, torna-se possível analisar como essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes e alinhadas às necessidades dos alunos. A proposta deste capítulo é oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o tema, destacando tanto seus benefícios quanto suas limitações no contexto educacional atual.

2. Aplicações do Behaviorismo na Educação: Algumas Reflexões

A teoria behaviorista tem sido amplamente aplicada no campo educacional, influenciando metodologias de ensino, estratégias de avaliação e gestão da sala de aula. Skinner propôs que a aprendizagem poderia ser aprimorada por meio de um sistema estruturado de reforços e estímulos, garantindo que os alunos adquiram novos conhecimentos de maneira progressiva e eficaz (Skinner, 1978). Essa abordagem resultou no desenvolvimento do ensino programado, que busca organizar conteúdos em pequenas etapas, permitindo que o aluno avance conforme demonstra domínio sobre cada parte do material (Moroz, 2012).

O ensino programado, um dos legados do behaviorismo na educação, baseia-se na ideia de que o aprendizado deve ocorrer em sequências graduais, com reforços positivos imediatos para manter o interesse do aluno. Essa metodologia estruturada permite que o estudante receba feedback constante, aumentando sua motivação para continuar aprendendo. O ensino programado foi precursor do uso de tecnologias educacionais, como softwares adaptativos e plataformas de aprendizado digital, que utilizam algoritmos para reforçar comportamentos desejados e adaptar conteúdos conforme o desempenho do aluno (Braga et al., 2020).

Outro princípio fundamental do behaviorismo aplicado à educação é o uso do reforço positivo como estratégia para incentivar a aprendizagem. Professores frequentemente utilizam elogios, recompensas simbólicas e incentivos acadêmicos para motivar os estudantes a manterem bons hábitos de estudo e comportamento adequado em sala de aula. Estudos indicam que alunos que recebem reforço positivo pelo seu desempenho tendem a demonstrar maior engajamento e confiança no aprendizado, pois associam a realização acadêmica a experiências agradáveis (Rocha et al., 2023).

A modelagem do comportamento também se mostra uma ferramenta eficaz no ambiente educacional. Esse processo consiste no reforço gradual de comportamentos desejáveis, incentivando os alunos a desenvolverem habilidades complexas em pequenas etapas. No ensino de leitura e escrita, por exemplo, a modelagem é aplicada quando os professores reforçam primeiro o reconhecimento de letras, depois a formação de sílabas, palavras e, por fim, frases completas (Henklain; Carmo, 2013). Essa abordagem é particularmente útil em programas de educação especial, auxiliando alunos com dificuldades de aprendizagem a adquirirem novas habilidades de maneira progressiva.

O feedback imediato é outro aspecto essencial do ensino baseado no behaviorismo. Segundo Skinner (1978), o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando o aluno recebe uma resposta imediata ao seu desempenho, seja ele positivo ou negativo. Em avaliações formativas, esse princípio pode ser aplicado por meio de retornos rápidos sobre erros e acertos, permitindo que o estudante ajuste sua compreensão antes de consolidar informações incorretas. Essa estratégia é amplamente utilizada em plataformas educacionais e testes online, onde o aluno recebe correções instantâneas após responder a uma questão.

O ensino por tentativa e erro também se baseia nos princípios behavioristas e é frequentemente aplicado em atividades práticas e laboratoriais. Ao permitir que os alunos experimentem diferentes abordagens para resolver um problema e aprendam com os erros, os professores estimulam a aprendizagem ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Essa estratégia é utilizada no ensino de ciências e matemática, onde a resolução de problemas exige repetição e ajuste contínuo para consolidar conceitos (Moroz, 2012).

A eficácia do reforço intermitente na educação é outro aspecto explorado pelo behaviorismo. Diferente do reforço contínuo, onde um comportamento é sempre recompensado, o reforço intermitente ocorre ocasionalmente, tornando os comportamentos aprendidos mais resistentes à extinção. Essa técnica é frequentemente usada por professores para manter o engajamento dos alunos ao

longo do ano letivo, alternando momentos de feedback positivo com desafios que incentivam a persistência e a superação de dificuldades (Carmo, 2012).

A influência do behaviorismo se estende ao campo das tecnologias educacionais, especialmente no ensino digital e adaptativo. Plataformas de aprendizado baseadas em inteligência artificial utilizam algoritmos behavioristas para personalizar o ensino, reforçando conceitos conforme o desempenho do aluno. Esse modelo adapta automaticamente o nível de dificuldade das questões e sugere conteúdos específicos com base nos erros e acertos do estudante, proporcionando um aprendizado mais eficiente e individualizado (Braga et al., 2020).

A abordagem behaviorista também impacta significativamente as estratégias de avaliação educacional. Em vez de apenas medir a retenção de conteúdos, avaliações baseadas no behaviorismo são estruturadas para reforçar continuamente o aprendizado. Métodos como avaliação formativa e gamificação utilizam recompensas simbólicas e feedback contínuo para motivar os estudantes e corrigir dificuldades antes de avaliações finais mais estruturadas (Rocha et al., 2023).

As estratégias de avaliação baseadas no behaviorismo podem ser combinadas com ferramentas tecnológicas para criar ambientes de aprendizado mais dinâmicos e interativos. Plataformas de ensino adaptativo, por exemplo, utilizam algoritmos que ajustam automaticamente o nível de dificuldade das atividades com base no desempenho do aluno, garantindo que ele receba reforços positivos no momento certo para consolidar seu aprendizado. Essa abordagem não apenas torna a avaliação um processo contínuo, mas também evita que os alunos se sintam desmotivados ao serem confrontados com desafios excessivamente difíceis ou, por outro lado, com tarefas que não representam um avanço significativo em sua aprendizagem (Braga et al., 2020).

Entretanto, a implementação do behaviorismo na sala de aula enfrenta desafios. Muitos críticos argumentam que essa abordagem pode tornar o ensino excessivamente mecanicista, reduzindo a aprendizagem a um processo de

estímulo-resposta sem levar em conta a criatividade e a individualidade dos alunos. Além disso, a dependência do reforço externo pode desestimular a autonomia do estudante, tornando-o menos propenso a buscar o aprendizado por motivação intrínseca (Henklain; Carmo, 2013).

Apesar dessas críticas, o behaviorismo continua sendo amplamente utilizado em práticas educacionais contemporâneas. Muitos de seus princípios são combinados com outras abordagens pedagógicas, como o construtivismo e o ensino socioemocional, criando um modelo de aprendizagem mais equilibrado. O uso de reforços, modelagem do comportamento e ensino programado pode ser ajustado para atender às necessidades dos alunos, sem comprometer sua autonomia e criatividade (Braga et al., 2020).

Dessa forma, o behaviorismo permanece como uma importante referência na educação, influenciando tanto métodos tradicionais quanto abordagens inovadoras. Seu impacto pode ser observado na personalização do ensino, no desenvolvimento de tecnologias educacionais e na aplicação de estratégias pedagógicas baseadas em reforço positivo. A compreensão e o uso consciente desses princípios podem contribuir para um ensino mais eficaz, ajudando os alunos a desenvolverem habilidades acadêmicas e comportamentais de maneira progressiva e estruturada (Rocha et al., 2023).

3. Desafios e Críticas ao Behaviorismo na Educação

O behaviorismo, apesar de sua ampla aplicação na educação, não está isento de críticas. Uma das principais objeções levantadas contra essa abordagem é sua visão mecanicista da aprendizagem, que reduz o ensino a um processo de estímulo-resposta. Para os críticos, o behaviorismo desconsidera a complexidade dos processos cognitivos internos, tratando a aprendizagem como uma simples modificação de comportamento resultante de reforços e punições (Skinner, 1978). Essa perspectiva ignora aspectos subjetivos como a motivação intrínseca, a reflexão e a criatividade, que desempenham papéis fundamentais na construção do conhecimento (Moroz, 2012).

A ênfase excessiva no comportamento observável pode limitar a compreensão do aprendizado como um processo dinâmico e contextualizado, desconsiderando fatores como a cultura, as interações sociais e as experiências subjetivas dos alunos. Enquanto abordagens como o construtivismo e o socioconstrutivismo destacam o papel da mediação e da construção ativa do conhecimento, o behaviorismo tende a enfatizar a repetição e o reforço de respostas previamente condicionadas, o que pode restringir a flexibilidade do pensamento e a capacidade de adaptação dos estudantes a novas situações. Essa visão reducionista do aprendizado tem sido amplamente debatida por pesquisadores da educação, que apontam a necessidade de integrar as contribuições do behaviorismo a outras abordagens pedagógicas que considerem não apenas o comportamento, mas também os processos mentais e a interação social na construção do conhecimento (Henklain; Carmo, 2013).

Outra crítica significativa ao behaviorismo é a ausência de um enfoque na cognição e na subjetividade. Diferente das abordagens cognitivistas e socioconstrutivistas, que enfatizam o papel do pensamento, da memória e da metacognição na aprendizagem, o behaviorismo foca apenas no comportamento observável, sem considerar os processos internos que o antecedem. Para Henklain e Carmo (2013), a aprendizagem não se resume apenas a respostas condicionadas, mas envolve também a construção de significados e a reorganização do conhecimento prévio. A desconsideração dessas variáveis leva muitos educadores a questionar a capacidade do behaviorismo de explicar de maneira abrangente o desenvolvimento humano no contexto educacional.

Além disso, há a preocupação de que o uso excessivo de reforço possa gerar uma dependência externa para a aprendizagem. Em um ambiente educacional altamente baseado em recompensas, os alunos podem aprender a depender dos reforçadores para se engajar nas atividades acadêmicas, sem desenvolver um senso de autonomia ou autodisciplina (Rocha et al., 2023). Isso pode resultar em dificuldades no ensino superior e no mercado de trabalho, onde as

recompensas externas são menos frequentes e a motivação intrínseca torna-se essencial para o sucesso.

A punição, como estratégia behaviorista, também gera controvérsias no ambiente escolar. Embora Skinner (1978) tenha defendido que a punição não é o método mais eficaz para modificar comportamentos, muitas práticas educacionais ainda fazem uso de estratégias punitivas para corrigir atitudes indesejadas. No entanto, estudos apontam que a punição pode gerar efeitos colaterais, como ansiedade, evasão e desmotivação, além de não garantir a aprendizagem de comportamentos alternativos desejáveis (Braga et al., 2020). Dessa forma, muitos educadores e psicólogos defendem que a modelagem do comportamento por meio de reforços positivos é uma abordagem mais eficaz e ética.

Além dos efeitos negativos sobre a motivação e o bem-estar emocional dos alunos, a punição pode comprometer a relação entre educadores e estudantes, criando um ambiente de aprendizado baseado no medo e na obediência passiva, em vez de estimular a construção ativa do conhecimento. Quando aplicada sem um acompanhamento adequado, a punição pode gerar resistência ao aprendizado e levar os alunos a associarem a escola a experiências negativas, o que, a longo prazo, pode contribuir para o aumento da evasão escolar. Por isso, muitos especialistas defendem que, em vez de recorrer à punição, os educadores devem investir em estratégias que incentivem a autorregulação do comportamento, como o reforço positivo para atitudes desejadas e o redirecionamento de comportamentos inadequados por meio da modelagem e do ensino explícito de normas e valores sociais (Henklain; Carmo, 2013).

Outro desafio enfrentado pelo behaviorismo é sua dificuldade de adaptação a diferentes contextos educacionais. O aprendizado não ocorre de forma linear e padronizada para todos os estudantes, pois fatores como cultura, contexto social e histórico de vida influenciam o modo como cada indivíduo assimila o conhecimento. Assim, estratégias behavioristas que funcionam bem

em determinados ambientes podem ser menos eficazes em outros, tornando necessária a adaptação das metodologias para atender à diversidade de perfis de aprendizagem (Moroz, 2012).

A questão da motivação intrínseca também gera debates entre os estudiosos do behaviorismo na educação. O uso de reforços externos, como prêmios e incentivos, pode aumentar a participação dos alunos no curto prazo, mas não necessariamente contribui para o desenvolvimento do interesse genuíno pelo conhecimento (Henklain; Carmo, 2013). Em contraste, abordagens como o construtivismo buscam estimular a curiosidade e o pensamento crítico, promovendo um aprendizado mais autônomo e significativo. Essa diferença de perspectiva faz com que muitos educadores vejam o behaviorismo como uma abordagem limitada para o ensino de longo prazo.

Outro ponto crítico está na resistência do behaviorismo ao ensino superior e à aprendizagem adulta. Enquanto o condicionamento operante pode ser altamente eficaz na educação infantil e em programas de treinamento, sua aplicabilidade para estudantes mais velhos é questionada. Em níveis mais avançados de ensino, o aprendizado ocorre de forma mais abstrata e complexa, exigindo habilidades como pensamento crítico e resolução de problemas, que não são plenamente contempladas pelas metodologias behavioristas tradicionais (Braga et al., 2020).

Diante dessas críticas, muitos especialistas defendem que o behaviorismo deve ser complementado por outras abordagens pedagógicas. Em vez de ser utilizado isoladamente, seus princípios podem ser combinados com estratégias socioconstrutivistas, que enfatizam a interação social e a construção ativa do conhecimento. Essa integração permite que os alunos desenvolvam tanto habilidades comportamentais quanto cognitivas, tornando a aprendizagem mais completa e eficaz (Rocha et al., 2023).

Algumas escolas e programas educacionais já adotam abordagens híbridas, que combinam princípios behavioristas com metodologias ativas. O uso de reforço positivo, por exemplo, pode ser aliado a práticas de ensino baseadas em projetos e resolução de problemas, incentivando a participação dos alunos sem que se tornem dependentes de recompensas externas. Da mesma forma, a tecnologia educacional tem incorporado conceitos behavioristas para personalizar o ensino, ao mesmo tempo em que promove maior autonomia para o estudante (Moroz, 2012).

Para Rocha et al. (2023), a combinação do behaviorismo com abordagens construtivistas e sociocognitivas tem se mostrado uma estratégia eficaz para equilibrar a estruturação do ensino com a valorização da autonomia do estudante. Enquanto os princípios behavioristas auxiliam na organização do ambiente de aprendizagem, garantindo reforços que incentivam comportamentos desejáveis, abordagens ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a gamificação, proporcionam maior engajamento e reflexão crítica. Dessa forma, o aluno não apenas responde a estímulos externos, mas também se torna um agente ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades como resolução de problemas, criatividade e pensamento crítico.

Assim, embora o behaviorismo apresente limitações e desafios, sua contribuição para a educação é inegável. Seus princípios continuam influenciando práticas pedagógicas, principalmente na organização do ensino e na gestão da sala de aula. No entanto, para que sua aplicação seja mais eficaz, é necessário um equilíbrio entre o controle do comportamento e a valorização dos processos cognitivos e motivacionais dos alunos. A integração com outras abordagens pode oferecer um modelo mais completo de ensino, que leve em consideração tanto a estruturação do aprendizado quanto a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes (Rocha et al., 2023).

4. Conclusão

O behaviorismo skinneriano teve um impacto profundo na educação, introduzindo uma abordagem baseada na análise do comportamento e no uso do reforço para facilitar a aprendizagem. Seus princípios, fundamentados no condicionamento operante, ajudaram a estruturar estratégias de ensino que priorizam a organização dos estímulos ambientais e a modificação do comportamento por meio de reforços positivos e negativos. A influência do behaviorismo pode ser observada tanto em práticas pedagógicas tradicionais quanto em metodologias contemporâneas, especialmente no ensino programado, na aprendizagem baseada em tentativa e erro e no uso de feedback imediato para a correção de erros e reforço de acertos.

Apesar de suas contribuições, a abordagem behaviorista enfrenta críticas significativas, principalmente no que diz respeito à sua visão mecanicista do aprendizado. A ênfase na observação do comportamento e na relação estímulo-resposta desconsidera processos internos, como pensamento crítico, criatividade e metacognição. Além disso, o uso excessivo de reforços externos pode levar a uma aprendizagem dependente de incentivos, em vez de estimular a motivação intrínseca dos alunos. Esses desafios fazem com que muitos educadores defendam a necessidade de complementar o behaviorismo com abordagens que valorizem a construção ativa do conhecimento e o papel da subjetividade no aprendizado.

Ainda assim, o behaviorismo continua sendo uma referência importante na educação, especialmente na gestão da sala de aula e na adaptação de metodologias para alunos com dificuldades de aprendizagem. Seu impacto pode ser observado no desenvolvimento de plataformas de ensino digital, onde os princípios behavioristas são utilizados para personalizar o ensino e otimizar a retenção do conhecimento. Ao longo dos anos, o behaviorismo foi incorporado a abordagens híbridas que combinam seus princípios com teorias sociocogniti-

vas e construtivistas, resultando em estratégias pedagógicas mais equilibradas e eficazes.

Dessa forma, o legado de Skinner na educação permanece relevante e continua a evoluir. A compreensão e aplicação dos princípios behavioristas devem ser feitas de maneira crítica e adaptada às necessidades dos estudantes, considerando tanto o controle do comportamento quanto o desenvolvimento da autonomia e da criatividade. Quando utilizado de forma consciente e integrado a outras perspectivas pedagógicas, o behaviorismo pode contribuir significativamente para um ensino mais estruturado, eficiente e alinhado às exigências da sociedade contemporânea.

Referências

BRAGA, Aline; SILVA, Rodrigo; MARTINS, Cláudio. O uso do reforço positivo como ferramenta de ensino: análise da aplicabilidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 2, p. 145-163, 2020.

CARMO, Jacinto F. **Comportamento e aprendizagem**: princípios básicos do behaviorismo. São Paulo: Ed. Acadêmica, 2012.

HENKLAIN, Mariana H.; CARMO, Jacinto F. **Comportamento e aprendizagem**: princípios básicos do behaviorismo. São Paulo: Ed. Acadêmica, 2013.

MOROZ, Newton. **Avaliação do repertório comportamental na educação**: um estudo sobre ensino programado. Curitiba: Editora Acadêmica, 2012.

ROCHA, Eduardo; PEREIRA, Cláudia; LIMA, Rafael. Modelagem do comportamento e ensino programado: contribuições do behaviorismo para o ensino de habilidades complexas. **Revista Brasileira de Psicopedagogia**, v. 30, n. 4, p. 98-115, 2023.

ROCHA DOS SANTOS, M.; PEREIRA SANTOS, R.; DAVID FERREIRA GUSMÃO, A. Behaviorismo e educação: um estudo das medidas disciplinares no contexto de uma escola estadual. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6773>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Cultrix, 2005.

ZONTA, Cláudia. As aplicações do reforço positivo na educação contemporânea: reflexões e desafios. **Revista de Educação Comportamental**, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2024.

CAPÍTULO 6

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O ENSINO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Ainat Magalhães Militão

Francisca Joelina Xavier

Francisco Jorge Gondim

Maurício Aires Vieira

Doi: 10.48209/978-65-5417-425-6

Resumo: O capítulo discute a pedagogia de Paulo Freire, destacando sua concepção de educação como prática libertadora. O objetivo é refletir como a educação pode ser um instrumento de emancipação social e construção da consciência crítica. O texto analisa conceitos-chave como a pedagogia do oprimido, a alfabetização como ato político e a educação dialógica. São exploradas também as influências de Freire na educação popular e nas metodologias participativas. Conclui-se reforçando a importância da educação como ferramenta de transformação social, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

Palavras-chave: Pedagogia Crítica, Educação Libertadora, Consciência Crítica, Educação Popular.

1. Introdução

A pedagogia de Paulo Freire representa um marco na teoria educacional ao propor um modelo de ensino centrado na conscientização e na libertação dos sujeitos oprimidos. Diferentemente das abordagens tradicionais, que enfatizam a transmissão de conteúdos de maneira hierárquica e verticalizada, Freire

re defende um processo educativo que privilegia o diálogo, a reflexão crítica e a transformação da realidade social. Segundo Freire (1987, p. 79), “não há educação sem sociedade humana e não há homem fora da sociedade”. Dessa forma, o ato de ensinar não pode ser compreendido como uma prática neutra, mas como um instrumento de mudança social.

A educação libertadora freireana baseia-se na compreensão de que os educandos devem ser sujeitos ativos na construção do conhecimento, superando o modelo bancário de ensino, no qual são vistos como recipientes passivos que apenas armazenam informações transmitidas pelos professores (Freire, 1987). Para o autor, essa forma tradicional de ensino reforça a opressão e impede a formação de uma consciência crítica, necessária para que os indivíduos compreendam sua realidade e se engajem na transformação social. Como afirma Freire (2005, p. 58), a prática educativa deve se pautar no “desvelamento da realidade”, permitindo que os educandos percebam sua condição e atuem como agentes de mudança.

Nesse sentido, a pedagogia do oprimido emerge como uma proposta humanizadora, que visa à libertação tanto dos oprimidos quanto dos opressores. Freire (1987) enfatiza que a verdadeira educação deve permitir que os indivíduos compreendam as estruturas que os mantêm subjugados e, assim, possam atuar na sua superação. Ele argumenta que a libertação não pode ser imposta de fora para dentro, mas deve partir da própria conscientização dos sujeitos, através de um processo dialógico e participativo. “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 1996, p. 47).

Outro conceito essencial em sua teoria é a educação dialógica, que se opõe ao modelo autoritário e hierárquico presente na educação tradicional. Para Freire (1987), o diálogo é o instrumento fundamental para a construção do conhecimento e da autonomia dos sujeitos. Dessa forma, educadores e educandos compartilham experiências e aprendem mutuamente, rompendo com a rigidez

da relação professor-aluno. A prática dialógica permite que o aprendizado seja significativo, pois parte da realidade concreta dos educandos, possibilitando a “apropriação crítica do conhecimento” (Freire, 1987, p. 91).

A conscientização, conceito central na obra de Freire, refere-se ao desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade. Esse processo envolve a superação da consciência ingênua, que aceita a opressão como algo natural, e a construção de uma consciência crítica, que permite a compreensão das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade (Freire, 2005). Como destaca Freire (2005, p. 34), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, enfatizando que a alfabetização não pode ser separada da realidade social dos aprendizes.

Na prática, a pedagogia freireana foi aplicada em diversos contextos, sobretudo em programas de alfabetização de adultos. O método de alfabetização desenvolvido por Freire demonstrou que o ensino da leitura e da escrita não pode ser dissociado da realidade social e cultural dos aprendizes. Assim, ao invés de apresentar palavras desconectadas do cotidiano dos educandos, o método freireano parte de temas geradores, que são significativos para a vida dos estudantes e estimulam o debate sobre sua condição social (Freire, 1992). Essa abordagem busca criar “condições para que os educandos percebam criticamente a sua presença no mundo” (Freire, 2005, p. 55).

A alfabetização, para Freire, é um ato político, pois possibilita que os indivíduos adquiram as ferramentas necessárias para questionar e modificar a realidade que os cerca. Ele argumenta que “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou na escrita da palavra, mas antecipa-se e prolonga-se na inteligência do mundo” (Freire, 1989, p. 14). Esse princípio é um dos pilares da educação popular, que busca criar espaços de aprendizado democrático e participativo, rompendo com modelos que reforçam a dominação.

A influência de Freire ultrapassa o campo da alfabetização, estendendo-se à formação de professores e à concepção de políticas educacionais

voltadas para a equidade e a justiça social. Seu pensamento inspira práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo dos estudantes e estimulam uma postura ativa e reflexiva diante do conhecimento (Freire, 1996). Como afirma o autor, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25).

Apesar de suas contribuições, a pedagogia freireana não está isenta de críticas. Alguns teóricos argumentam que seu modelo pode ser difícil de implementar em sistemas educacionais massificados, onde as condições estruturais nem sempre permitem a personalização do ensino e o desenvolvimento pleno do diálogo educativo (Freire, 2005). Outros apontam que sua ênfase na conscientização política pode gerar resistência por parte de setores conservadores, que percebem a educação como um espaço neutro e distante das lutas sociais (Freire, 1987).

No entanto, mesmo diante das críticas, a abordagem freireana continua sendo uma referência fundamental para educadores comprometidos com a transformação social. Sua pedagogia fornece ferramentas teóricas e metodológicas para a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e humanizadoras. Freire (1996, p. 23) ressalta que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão”, destacando a importância da colaboração no processo educativo.

Neste capítulo, serão explorados os principais conceitos da pedagogia freireana, com ênfase na educação como prática libertadora e no desenvolvimento da consciência crítica. Também serão discutidas as aplicações concretas dessa abordagem na educação popular e nas metodologias participativas, bem como os desafios e críticas que envolvem sua implementação. O objetivo é refletir sobre como a educação pode ser um instrumento de emancipação social e um meio para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. A Educação Libertadora na Perspectiva de Paulo Freire

A pedagogia de Paulo Freire fundamenta-se na compreensão da educação como um processo libertador, voltado para a formação da consciência crítica e para a transformação social. Freire concebia a educação como uma prática política, na qual o aprendizado não deveria ser apenas um ato de memorização, mas sim um meio para a emancipação dos sujeitos. Sua abordagem se opõe ao modelo tradicional de ensino, que ele denominava de “educação bancária”, e propõe uma educação dialógica e problematizadora, em que os educandos participam ativamente da construção do conhecimento (Freire, 2005).

Na educação bancária, os alunos são tratados como receptáculos passivos de informações, enquanto os professores assumem o papel de detentores do saber, responsáveis por depositá-lo nos educandos. Segundo Freire (2005, p. 79), “na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem”. Essa estrutura não apenas desumaniza os estudantes, mas também perpetua uma visão de mundo estática e imutável, inibindo a criatividade e o pensamento crítico.

Em contraposição, Freire propõe a educação libertadora, que visa à conscientização dos sujeitos e à transformação da realidade. Para ele, a alfabetização não se limita ao aprendizado da leitura e da escrita, mas deve ser compreendida como um ato político que possibilita a leitura crítica do mundo. Dessa forma, não basta que os alunos apenas adquiram conhecimentos acadêmicos, mas sim que sejam capazes de compreender as estruturas sociais que moldam suas vidas e, a partir disso, possam transformá-las (Freire, 1987).

A pedagogia freireana baseia-se no diálogo como princípio fundamental do processo educativo. Freire defende que o diálogo é o caminho para a construção coletiva do saber, sendo essencial para a superação das relações de opressão. Para ele, “o diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo

e pelos homens” (Freire, 1987, p. 98). Essa concepção de ensino transforma a relação professor-aluno, uma vez que os educadores não devem se posicionar como meros transmissores do conhecimento, mas sim como mediadores, que aprendem junto com os estudantes.

A concepção problematizadora da educação, proposta por Freire, desafia a noção de ensino como uma simples transmissão de conteúdos. Diferente da abordagem tradicional, essa perspectiva entende a aprendizagem como um processo contínuo de questionamento e reconstrução do conhecimento. Para Freire (2005, p. 45), “a educação problematizadora está fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e uma reflexão verdadeiras sobre a realidade”. Dessa forma, o ensino passa a ser um instrumento de libertação, e não de domesticação, permitindo que os estudantes sejam protagonistas no processo educativo.

Outro aspecto central na pedagogia freireana é o conceito de conscientização. Para Freire, o processo educativo deve levar os alunos à compreensão crítica da realidade social e histórica em que estão inseridos. Isso significa que a educação deve promover uma tomada de consciência que vá além da simples absorção de conteúdos, incentivando os educandos a refletirem sobre suas condições de vida e a agirem para transformá-las (Freire, 1992). Como destaca Freire (2005, p. 34), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, enfatizando que a alfabetização não pode ser separada da realidade social dos aprendizes.

A prática pedagógica de Freire está diretamente ligada à ideia de educação popular, que busca democratizar o conhecimento e torná-lo acessível a todos, especialmente às camadas historicamente marginalizadas da sociedade. Em sua obra, ele ressalta a necessidade de uma pedagogia que seja construída “com” os oprimidos e não apenas “para” eles, garantindo que os próprios sujeitos em processo de aprendizagem participem ativamente da construção do saber (Freire, 1987).

A influência de Freire na educação se estende a diversas áreas, especialmente no campo da educação de jovens e adultos. Sua proposta pedagógica inspirou métodos de ensino voltados para a emancipação dos sujeitos, sendo adotada em programas de alfabetização em vários países. Para Freire (1987, p. 52), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Essa frase resume sua concepção de ensino como um ato coletivo e transformador, que precisa ser vivido na prática educacional.

Embora a pedagogia de Freire tenha sido amplamente reconhecida e aplicada em diferentes contextos educacionais, também enfrenta críticas. Alguns teóricos argumentam que sua abordagem tem um viés político demasiado acentuado, o que poderia comprometer a neutralidade do ensino. No entanto, para Freire, a neutralidade na educação é um mito, pois toda prática educativa carrega uma intencionalidade e deve ser direcionada para a construção de uma sociedade mais justa (Freire, 1996).

A pedagogia freireana também desafia as estruturas de poder dentro das instituições escolares. Ao propor uma educação dialógica e crítica, Freire questiona modelos autoritários de ensino e destaca a importância de uma gestão democrática da escola. Nesse sentido, sua abordagem não apenas transforma as relações dentro da sala de aula, mas também aponta para mudanças estruturais no sistema educacional (Freire, 1992).

Por fim, a educação libertadora defendida por Freire continua sendo uma referência essencial para aqueles que acreditam no potencial transformador do ensino. Sua proposta pedagógica ressalta a necessidade de uma educação que valorize a participação ativa dos educandos, que promova a reflexão crítica e que seja um instrumento de emancipação social. Assim, o legado de Paulo Freire permanece vivo, desafiando educadores a repensarem suas práticas e a construir uma escola mais democrática e inclusiva (Freire, 1996).

3. Aplicações da Pedagogia de Paulo Freire na Educação

A proposta educacional de Paulo Freire fundamenta-se na concepção da educação como um processo de transformação social. Sua pedagogia rejeita o modelo tradicional de ensino, conhecido como educação bancária, e enfatiza um processo educativo dialógico e problematizador. Freire considera que a aprendizagem não deve ser passiva, mas sim um meio de conscientização dos educandos sobre sua realidade e um instrumento para a mudança social (Freire, 2005).

O conceito de conscientização é um dos pilares da pedagogia freireana. Segundo Freire (1987), a alfabetização deve estar vinculada à compreensão da realidade social, econômica e política dos educandos, permitindo que eles se reconheçam como sujeitos históricos capazes de transformar sua própria realidade. Assim, o processo educativo vai além da mera transmissão de conteúdos, pois busca desenvolver uma leitura crítica do mundo. Para o autor, “não há educação sem sociedade humana e não há homem fora da sociedade” (Freire, 1987, p. 79).

A proposta da educação dialógica diferencia-se da visão tradicional da educação ao enfatizar a interação entre educador e educando. Segundo Freire (1987, p. 96), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Dessa forma, o conhecimento não deve ser transmitido de maneira unilateral, mas construído coletivamente por meio do diálogo e da problematização, garantindo que os sujeitos participem ativamente do processo de aprendizagem.

Outro conceito central na pedagogia freireana é o dos temas geradores. Freire propõe que a educação deve partir das experiências e vivências dos educandos, abordando questões que sejam significativas para suas realidades. Os temas geradores emergem da investigação da realidade social e cultural dos alunos, permitindo que o conteúdo educativo esteja conectado com sua vida

cotidiana e suas necessidades concretas (Freire, 1992). Assim, a aprendizagem torna-se mais significativa, pois se baseia no contexto do estudante.

No contexto da educação popular, os círculos de cultura desempenham um papel fundamental. Criados por Freire, esses espaços promovem a troca de saberes e a reflexão crítica, permitindo que os participantes desenvolvam sua consciência política e social. Nos círculos de cultura, os educandos não são meros receptores de conhecimento, mas agentes ativos no processo de aprendizagem, compartilhando suas experiências e questionando a realidade que os cerca (Freire, 1996).

A alfabetização, na visão freireana, não pode ser dissociada da dimensão política. Freire (1989, p. 14) enfatiza que “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou na escrita da palavra, mas antecipa-se e prolonga-se na inteligência do mundo”. Dessa forma, a educação deve permitir que os sujeitos compreendam suas condições de vida e atuem para modificá-las. A leitura crítica da realidade precede a leitura da palavra escrita, tornando a alfabetização um ato político e emancipatório.

A influência da pedagogia freireana não se restringe à alfabetização de adultos, mas se estende a diferentes contextos educacionais. Suas ideias têm sido aplicadas em movimentos sociais, escolas públicas e programas de educação popular em diversos países. Sua proposta de uma educação libertadora tem inspirado educadores e pesquisadores que buscam alternativas pedagógicas voltadas para a formação crítica e cidadã (Freire, 2005).

Apesar de sua ampla aceitação, a abordagem freireana também enfrenta desafios e críticas. Alguns teóricos argumentam que sua pedagogia pode ser idealista e difícil de ser implementada em sistemas educacionais convencionais. Além disso, há críticas à politização da educação, sob o argumento de que o processo educativo deveria ser neutro e isento de influências ideológicas. No entanto, Freire (1987, p. 39) refuta essa ideia, afirmando que “não há educação neutra. Toda educação implica uma tomada de posição diante do mundo”.

A formação docente é outro aspecto essencial na perspectiva freireana. Freire defende que os professores devem atuar como mediadores do conhecimento, estimulando o pensamento crítico e o protagonismo dos alunos. Para ele, o educador deve estar comprometido com um processo contínuo de aprendizado e reflexão, reconhecendo que ensinar e aprender são processos indissociáveis (Freire, 1996).

As metodologias participativas, inspiradas na pedagogia freireana, buscam romper com o modelo tradicional de ensino e promover práticas que valorizem o envolvimento ativo dos educandos. Técnicas como debates, estudos de caso e análise de problemas sociais são estratégias que favorecem uma educação mais dinâmica e significativa, alinhada com os princípios da educação popular (Freire, 2005).

O impacto da pedagogia de Freire é evidente em diversas iniciativas educacionais ao redor do mundo. Movimentos de educação popular, como os desenvolvidos na América Latina, têm utilizado seus princípios para promover processos de alfabetização e formação política. Além disso, suas ideias têm influenciado políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento da consciência crítica (Freire, 1992).

Dessa forma, a pedagogia freireana continua sendo uma referência essencial para aqueles que defendem uma educação transformadora e emancipatória. Sua proposta vai além do ensino formal, abrangendo uma visão ampla de educação como prática da liberdade. Ao incentivar o pensamento crítico e a participação ativa dos educandos, Freire contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Freire, 1996).

4. Desafios e Críticas à Aplicação da Pedagogia Freireana

A pedagogia de Paulo Freire é amplamente reconhecida como uma abordagem transformadora e comprometida com a libertação dos oprimidos. No entanto, ao longo dos anos, diversas críticas foram formuladas, tanto em relação

à sua aplicabilidade quanto à sua fundamentação teórica. Um dos principais desafios enfrentados por essa abordagem é a dificuldade de implementação em sistemas educacionais formais, onde a estrutura curricular e as diretrizes pedagógicas frequentemente entram em conflito com os princípios da educação dialógica e emancipatória propostos por Freire (Freire, 2005).

Uma das críticas mais recorrentes refere-se à politização da educação freireana. Para alguns estudiosos, a pedagogia do oprimido assume uma postura ideológica que pode comprometer a neutralidade do ensino. Freire, entretanto, rejeita a ideia de uma educação neutra, argumentando que todo ato educativo é, em si, um ato político. Segundo ele, “falar de neutralidade da educação é expressar uma vontade de mistificação” (Freire, 1987, p. 79). Nessa perspectiva, a escola pode tanto contribuir para a manutenção do status quo quanto atuar como um espaço de emancipação e conscientização crítica.

Outra questão frequentemente levantada por críticos do pensamento freireano é a aplicabilidade da pedagogia dialógica em contextos escolares massivos. A abordagem centrada no diálogo e na construção coletiva do conhecimento exige um tempo maior de interação entre educador e educando, o que pode se tornar um obstáculo em turmas numerosas e com prazos rígidos para cumprimento do currículo escolar (Freire, 1996). Além disso, alguns educadores encontram dificuldades em equilibrar a prática dialógica com a necessidade de garantir a transmissão de conteúdos exigidos pelas avaliações institucionais.

A alfabetização crítica, um dos pilares da pedagogia freireana, também é alvo de debates. Enquanto Freire defende que a alfabetização deve ir além do mero aprendizado mecânico das palavras e envolver a compreensão crítica da realidade, há quem argumente que esse enfoque pode não ser o mais adequado para todas as fases do processo de ensino. Em contextos onde o acesso à educação básica ainda é limitado, algumas abordagens defendem que um ensino mais estruturado e tradicional pode ser necessário para garantir a aprendizagem inicial da leitura e da escrita (Freire, 1989).

Além disso, há quem questione se a ênfase na conscientização política pode desviar a atenção de aspectos técnicos e metodológicos do ensino. Em algumas críticas, argumenta-se que a pedagogia freireana pode deixar em segundo plano conteúdos formais essenciais para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, tornando-se excessivamente voltada para o aspecto social e político da educação (Freire, 2005). No entanto, Freire (1987, p. 58) rebate essa crítica ao afirmar que “não há conhecimento sem a ação consciente dos oprimidos”, reforçando que a educação não pode ser desvinculada da realidade social e das condições de vida dos educandos.

Outro ponto de debate gira em torno da relação entre educação e poder. A pedagogia freireana defende que o processo educativo deve ser emancipatório e permitir que os alunos desenvolvam um pensamento crítico capaz de questionar as estruturas de dominação. No entanto, críticos apontam que, em certos contextos, essa abordagem pode ser percebida como uma forma de doutrinação ideológica, gerando resistência por parte de gestores educacionais e políticas públicas que defendem um modelo de ensino mais técnico e menos politizado (Freire, 1992).

No campo das tecnologias educacionais, a pedagogia freireana também enfrenta desafios. O ensino mediado por plataformas digitais e ferramentas de inteligência artificial muitas vezes segue uma lógica mais próxima ao behaviorismo do que ao diálogo proposto por Freire. A interação entre professor e aluno, fundamental na educação freireana, pode ser prejudicada quando os processos de ensino-aprendizagem são mediados por tecnologias que priorizam a instrução automatizada e a aprendizagem individualizada (Freire, 2005).

Contudo, é importante destacar que a pedagogia freireana não se opõe às novas tecnologias, mas propõe um uso crítico dessas ferramentas. Em vez de substituírem o papel do educador, as tecnologias podem ser incorporadas como instrumentos para potencializar o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Freire defendia que "a educação deve estar comprometida com

a realidade concreta dos educandos", o que inclui o uso de novas linguagens e meios para a comunicação do conhecimento (Freire, 1996, p. 32).

Apesar das críticas e desafios, a pedagogia freireana continua sendo uma referência central nos debates sobre educação libertadora. Sua ênfase na conscientização, no diálogo e na autonomia do aluno segue influenciando práticas pedagógicas em diferentes partes do mundo. A necessidade de adaptação da pedagogia freireana a diferentes contextos educacionais não implica sua obsolescência, mas sim um convite à reflexão sobre como seus princípios podem ser aplicados de maneira eficaz na contemporaneidade (Freire, 1992).

Assim, embora enfrente resistências e desafios operacionais, a pedagogia de Paulo Freire mantém sua relevância ao propor uma educação comprometida com a formação de cidadãos críticos e engajados na transformação social. Seu legado continua a inspirar educadores que buscam construir práticas pedagógicas mais humanizadas e voltadas para a emancipação dos sujeitos históricos envolvidos no processo educacional (Freire, 2005).

5. Considerações Finais

A pedagogia de Paulo Freire continua sendo uma das mais influentes abordagens educacionais, destacando-se por seu compromisso com a formação da consciência crítica e a emancipação dos sujeitos. Sua defesa da educação dialógica propõe um ensino que vai além da simples transmissão de conteúdos, estimulando a transformação social e política dos educandos.

Mesmo diante de críticas e desafios na implementação de seus princípios, sua pedagogia segue sendo aplicada e adaptada em diferentes contextos ao redor do mundo. A resistência de setores conservadores e os debates sobre a politização da educação reforçam a necessidade de atualizar e reinterpretar suas ideias para os desafios contemporâneos. A incorporação de novas tecnologias e metodologias ativas pode ampliar suas contribuições para o ensino atual.

Assim, o legado de Freire permanece essencial para um ensino mais democrático e participativo. Seus princípios continuam a orientar educadores na construção de práticas pedagógicas voltadas para a equidade, o pensamento crítico e a transformação social, reafirmando o papel da educação como ferramenta de libertação e conscientização.

Referências

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Marcelino Gomes de Araújo

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioemocional (Multidisciplinar).
Universidade do Estado da Bahia - UNEB - campus VIII.
Arcoverde, Pernambuco, Brasil.
E-mail: marcelino.araujo@adm.educacao.pe.gov.br

Graziela Silva Ferreira

Doutoranda em Difusão do Conhecimento.
UFBA-IFBA-UNEB.
Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: grazeferreira@gmail.com

Luiz Felipe Araújo Azevedo

Doutorando em Educação.
Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: luizfelipematematica@gmail.com

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

Doutoranda em Educação.
Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC.
Canto do Buriti, Piauí, Brasil.
E-mail: ninamamorim@gmail.com

Ainat Magalhães Militão

MBA Gestão de Finanças, Controladoria e Auditoria.
Uninorte - Laureate International Universities.
Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: ainatmag@gmail.com

Tamires Almeida Bezerra

Especialista em AEE e Psicomotricidade.
Faculdade Líbano.
Barão de Grajaú, Maranhão, Brasil.
E-mail: tamialmeida10@gmail.com

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Especialista em Gestão e supervisão com docência no ensino superior.

FAEME (Faculdade Evangélica do Meio Norte).

Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail: anajulia0753@gmail.com

Adenir dos Santos Camargo

Mestre em Matemática Pura e Aplicada - Profmat.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Caçador, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: camargo_adenir@hotmail.com

Jonas Martins de Lima Filho

Mestre em Ciências da Educação.

Universidad del Pacífico (UP).

Itapipoca, Ceará, Brasil.

E-mail: profjonasmartins@gmail.com

PENSADORES DA EDUCAÇÃO:

LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

